

PLANO DE GOVERNO WILSON WITZEL

Coligação

“MAIS ORDEM, MAIS PROGRESSO”

PSC – PROS

20

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ELEIÇÕES 2018

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO - MUDANDO O RIO COM JUÍZO

2. DIAGNÓSTICO

3. RESGATANDO A DIGNIDADE DO POVO

3.1. Segurança Pública

- 3.1.1. Gabinete de Segurança Pública
- 3.1.2. “Operação Lava Jato” do Rio de Janeiro
- 3.1.3. PMERJ
- 3.1.4. Polícia Civil
- 3.1.5. Administração Penitenciária

3.2. Combate à Corrupção

3.3. Recuperação Fiscal

- 3.3.1. Rioprevidência
 - 3.3.1.1. Fundo Único de Previdência Social do Estado Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA
 - 3.3.1.2. Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro - RJPrev

3.4. Organização Administrativa e Relações Institucionais

3.4.1. Organização Administrativa

3.4.2. Relações Institucionais

3.5. Saúde

3.6. Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

3.7. Infraestrutura

3.7.1. Obras

3.7.2. Transportes

3.7.3. Minas e Energia

3.7.4. Habitação

3.7.5. Saneamento Básico

3.8. Meio Ambiente

3.9. Desenvolvimento Econômico

3.9.1 AgeRio

3.9.2. Procon

3.9.3. Trabalho

3.9.4. Agropecuária, Pesca e Abastecimento

3.9.5. Indústria e Serviços

3.9.6. Turismo

3.9.7 Cidades

3.10. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

3.10.1. Esporte e Lazer

3.11. PGE, DPGE, CGE E MPERJ

4. CONCLUSÃO – O VOTO COM JUÍZO

1. INTRODUÇÃO – MUDANDO O RIO COM JUÍZO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro entrou em um espiral de caos nos últimos dois anos, fruto de uma política perdulária e corrupta, sem nenhum compromisso com a ética, a eficiência na gestão e com futuro das próximas gerações. Governar o Estado do Rio de Janeiro virou caso de polícia e disputas judiciais nas varas criminais e Tribunais.

No campo financeiro, as últimas gestões se apoiaram na entrada de royalties do petróleo, receita essa que tem caráter extraordinário, ou seja, que é recebida de maneira irregular e esparsa, para fazer frente a pagamentos ordinários, e que possui desembolso regular e cotidiano. Desse modo, as sequências de gestões equivocadas, em conjunto com a corrupção maciça, a tomada de empréstimos e gastos para custear a estrutura de eventos internacionais, mostraram-se pouco rentáveis, resultando em uma catástrofe financeira e virtual falência do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O caos moral e financeiro afetou toda a nossa infraestrutura e capacidade de crescimento econômico. A educação e a saúde são as maiores prejudicadas com o atual cenário de corrupção e incompetência, rifando a vida e o desenvolvimento das famílias fluminenses. O investimento em infraestrutura foi interrompido e mesmo o pagamento de servidores públicos se viu prejudicado, com constantes atrasos. Sem falar no pior dos problemas do Rio de Janeiro: a segurança pública. Nossa tropa ostensiva e nossos investigadores estão desestimulados e com graves problemas estruturais para realização do trabalho. Os índices de criminalidade explodiram. O cidadão fluminense vive em constante medo. Não há desenvolvimento econômico em virtude da violência, da alta carga tributária e da complexa burocracia.

A forma atual de fazer política já não atende mais aos anseios da população e a descrença se abateu sobre todos, colocando em xeque o modelo político atual. Não há legitimidade do atual governo para conduzir a máquina do estado, nem sequer para comandar as forças policiais, tal cenário fica evidente quando com a intervenção federal na segurança.

O atual grupo político, que governa o Rio de Janeiro desde 2006, vendo o desgaste da imagem do partido que os agrupava, resolveu se transferir para partidos satélites, sem mudar o modo de gestão ou as filosofias políticas que o embasa. Diversos outros grupos se apresentam como o “novo”, mas todos estavam envolvidos direta ou indiretamente com as últimas gestões. É preciso ter em conta que a atual crise do estado é resultado de mais de 20 anos de gestões ineficientes e corruptas e não da crise econômica dos últimos anos.

O Rio de Janeiro precisa de uma mudança urgente, responsável e com juízo. A população do estado precisa e merece ter a sua dignidade resgatada, viver com paz e ter a certeza de que é possível eleger um bom governante. Para isso será preciso uma alternativa de qualidade com equilíbrio e justiça social.

O Rio de Janeiro merece mais do que isso. Merece um governo que venha da sociedade civil, sem passado maculado, e que esteja firme no propósito de uma mudança com base ética, de eficiência e comprometido com a responsabilidade fiscal e o enfrentamento ao crime organizado.

É com esse espírito a coligação “Por um Rio mais Feliz” (PSC-PROS) apresenta a candidatura do ex-Juiz Federal **Wilson Witzel** para Governador do Estado do Rio de Janeiro.

2. DIAGNÓSTICO

O Rio de Janeiro vem passando por uma grave crise financeira nos últimos anos, principalmente a partir de 2014, com a queda nos preços do petróleo, importante fonte de receita do Estado, e a crise na Petrobras. A crise na Petrobrás paralisou as obras do COMPERJ e impactou todo o setor petrolífero, naval e de construção civil. Este cenário aumentou exponencialmente o desemprego no estado, deixando milhares de famílias em situação vulnerável. O quadro é ainda mais grave, pois todas essas variáveis impactaram significativamente na crise fiscal do estado.

A crise econômica e política que atingiu o Brasil também deixou o Rio de Janeiro especialmente vulnerável. O Estado tem o segundo PIB do País (R\$ 677

bilhões em 2015), mas vem sofrendo com a perda de receitas: entre 2014 e 2016, a queda foi de 53%. As despesas também diminuíram, mas numa proporção menor: apenas 42%. O resultado foi um aumento de 80% do déficit público, que passou de R\$ 4,3 bilhões, em 2015, para R\$ 7,8 bilhões, em 2016.

O desemprego atingiu, no primeiro trimestre de 2017, 14,5% da população. A retração no consumo das famílias despencou 10% entre o último trimestre de 2014 e o primeiro de 2017, agravando a crise no comércio. O centro da capital virou um grande símbolo da crise, lojas fechadas e diminuição massiva do movimento.

Com a economia em frangalhos, viraram cenas frequentes as filas de desempregados, os protestos de servidores públicos com salários atrasados, os hospitais fechados por falta de recursos e as viaturas da polícia paradas, sem combustível. Por fim, todos esses fatores impactaram significativamente na explosão da violência, com o estado à deriva foi necessário realizar uma intervenção federal na segurança pública e na economia.

Diante disto, o governo estadual se viu obrigado a assinar um acordo de Recuperação Fiscal draconiano, um verdadeiro acordo de banqueiro, bem longe da solidariedade federativa que deveria existir. Entre as medidas previstas no acordo estão os cortes em políticas sociais como o Bilhete Único Intermunicipal, a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) e aumento do desconto previdenciário de 11% para 14%. Com isso, fica evidente que os servidores e a população vão pagar pela corrupção e pela incompetência das últimas gestões.

Mesmo após a assinatura do acordo a saúde e a educação ainda sentem os impactos do corte drástico de verbas. Leitos estão indisponíveis e escolas foram fechadas. A UERJ e a UENF correram e ainda correm sérios riscos de fecharem as portas por conta das dívidas acumuladas no período mais agudo da crise.

A população de baixa renda que depende de programas sociais do governo é a que mais sofre, pois está totalmente desassistida. Programas como o Restaurante Popular foram abandonados e o Aluguel Social diminui o número de

famílias atendidas. Chegou-se ao ponto que algumas delegacias da Polícia Civil foram e ainda são mantidas pelos próprios policiais, que compram materiais como papel higiênico e até pagam pelo serviço de faxina.

Portanto, as condições políticas, sociais e econômicas para a próxima gestão não são das melhores. É preciso seriedade, responsabilidade e principalmente credibilidade ao próximo governador, para que seja capaz de mobilizar toda a sociedade no resgate do nosso estado.

3. EIXOS PROGRAMÁTICO – O RESGATE DO ESTADO COM RESPONSABILIDADE

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é hoje o Estado mais endividado do Brasil, de acordo com relatório do Tesouro Nacional a dívida consolidada ultrapassa mais de 260% a receita anual (o limite legal pela Lei de Responsabilidade Fiscal é de 200%).

Mesmo com a lei de recuperação fiscal em vigor, que já não está cumprindo com as metas estipuladas, o próximo governante do Estado precisa ter em mente que não há espaço para aventuras perdulárias, tal como praticado pelas últimas gestões.

Dentro desse cenário e desse espírito, é preciso organizar a casa, costurar o “bolso” da corrupção e junto com a população do Estado reconstruir e transformar nossa terra em uma região próspera, para o desenvolvimento da economia e da sociedade. Para isso, apresentamos os nossos Eixos de trabalho, construídos em diálogos com diversos especialistas e com cidadãos comuns. Nossa primeira prioridade é a questão da *Segurança Pública, o Combate à Corrupção e a Reorganização das Contas Públicas*. Em seguida retomaremos o investimento público em Educação e Saúde, e em parceria com a iniciativa privada retomaremos a atividade industrial do Estado, criando condições reais para investimentos e desenvolvimento.

3.1 – SEGURANÇA PÚBLICA

3.1.1 GABINETE DE SEGURANÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A questão da segurança pública precisa voltar a ser “caso de polícia”, e não mais caso de política, como tem sido nos últimos anos. A UPP, vitrine política da situação, acabou se tornando um grande fracasso, principalmente após os grandes eventos. Política de segurança através da ocupação territorial do estado se não vier acompanhada de outras políticas públicas, não gera nenhuma efetividade.

Em 2017, tivemos o resultado de uma política de segurança pública mais preocupada em promover manchetes jornalísticas, do que em proteger cidadãos: (i) uma taxa de 40 homicídios a cada 100 mil habitantes; (ii) 230.450 roubos em geral; (iii) 10.559 roubos de carga; e (iv) 499 fuzis apreendidos, entre outros recordes negativos históricos. A segurança pública além de deixar a população acuada, causa sérios prejuízos à economia fluminense, dificultando ainda mais a recuperação do Estado. É preciso trabalhar todos os temas de forma transversal e articulada.

Parte do problema está exatamente na cúpula que administra a segurança pública no Estado. A Secretaria de Segurança se tornou uma estrutura de burocracia expandida e que dificulta o diálogo entre as polícias civil e militar. As diversas competências investigativas que deveriam estar na estrutura da PCERJ foram avocadas pela SESEG, criando uma disrupção na ordem interna da segurança pública.

Por isso, a proposta do Governo Wilson Witzel é assumir diretamente a responsabilidade da Segurança Pública, por meio da criação de um “Gabinete de Segurança Pública”, elevando à condição de secretarias autônomas a PMERJ e a PCERJ, que passarão a responder diretamente ao Governador do Estado dentro desta estrutura e que ficará vinculado diretamente ao Gabinete do Governador.

O Gabinete de Segurança Pública, como órgão executivo do Estado, será composto apenas pelo Governador, pelo Chefe da PCERJ e pelo Comandante-Geral da PMERJ, os últimos com status de Secretário. Eles serão responsáveis pelas decisões conjuntas e bom relacionamento entre as forças policiais, organizando de

modo complementar suas ações e responsabilizando localmente os agentes de comando pelos resultados obtidos no combate e investigação criminal, bem como sobre os índices de segurança pública.

Como órgão consultivo ao Gabinete de Segurança Pública, haverá o Comitê de Segurança, composto pelos três membros do Gabinete, acrescidos dos chefes locais das Forças Armadas, do TJERJ, do MPERJ, Superintendente da PF e convidados.

Nossa polícia passará a ter uma gestão integrada dos meios de apoio para racionalizar os equipamentos, com equipamentos individuais para cada policial, armamento e coletes, uniformização destes equipamentos, viaturas e procedimentos.

Dentro das propostas específicas:

1 - Vamos criar ainda os Distritos Policiais, com comando integrado e alternado entre Oficiais da PMERJ e Delegados da PCERJ, aproximando as instituições para maior uniformidade e colaboração entre todos;

2 - Criação da Universidade da Polícia e do calendário de treinamento para formação e aperfeiçoamento entre todos os operadores da segurança pública;

3 - Valorização das carreiras de policiais, peritos e agentes do sistema penitenciário.

3.1.2. A “Operação Lava-Jato” do Estado do Rio de Janeiro

A Operação Lava Jato apresentou ao país o maior esquema de corrupção da história do Brasil. Ficou claro que os mecanismos da corrupção e do crime organizado não obedeciam a uma lógica de cores partidárias e nem de fronteiras nacionais, um mecanismo altamente complexo e de difícil rastreamento. No seu combate ao crime e a corrupção a Operação mostrou que é necessário evoluir e modernizar os mecanismos de investigação, a lógica investigativa obsoleta atual não é mais capaz de resolver os crimes do século XXI. O modelo de “Força Tarefa” envolvendo Justiça, Ministério Público e Polícia Federal se mostrou eficaz e deve ser

copiado e aprimorado em nosso estado, tanto no combate ao tráfico quanto no combate a corrupção. Passaremos a limpo a história do estado e combateremos com eficiência e inteligência o crime organizado.

3.1.3. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PMERJ

A Polícia Militar do Rio de Janeiro será valorizada como nunca, a começar pelo seu status de secretaria. No Governo Wilson Witzel, os policiais terão o respaldo do seu Governador para, dentro da lei, fazer valer a autoridade para restabelecimento da ordem e da paz social.

O Rio de Janeiro tem gasto muito dinheiro e muito mal na segurança pública, enquanto os problemas fundamentais não são resolvidos. A topografia das comunidades dificultam as operações nos locais íngremes. Não há controle no tráfico de fuzis ou drogas que não são produzidos no Estado. Facções rivais continuam a pôr a população em risco. O efetivo da polícia é insuficiente. Por outro lado as milícias são uma força tão ou mais perigosa que o tráfico de drogas e são favorecidas pela corrupção policial que não é combatida com a devida necessidade. É preciso valorizar o bom policial, dar condições adequadas para que realize o seu trabalho e na outra ponta combater os maus policiais que criam um sentimento de desconfiança na sociedade junto a corporação.

O orçamento será usando de maneira eficiente e os investimentos serão retomados, principalmente em inteligência. O alto índice de mortes de policiais é um triste quadro que precisa ser revertido no estado com inteligência e uso preciso da força. É preciso também por outro lado criar medidas preventivas ao crime, desestimular que jovens caiam nas garras do crime e principalmente, acabar com a sensação de impunidade que é sentida por qualquer cidadão.

Na nova PMERJ com status de Secretaria, o Governo Wilson Witzel trará as seguintes medidas:

1 - Os comandantes de batalhões serão pessoalmente responsabilizados pela diminuição da violência, em conjunto com o delegado da Polícia

Civil do local, com aumento da liberdade de planejamento e atuação nos Distritos Policiais;

2 - Será feito investimento significativo para acabar com a precariedade estrutural da organização;

3 - O plano habitacional do Estado vai garantir que as comunidades tenham infraestrutura viária que possam facilitar a ação policial;

4 - Será feito um trabalho conjunto de cooperação entre PMERJ, PCERJ; PRF e Polícia Federal para impedir a entrada de drogas e armas ilegais no Estado com foco na mudança da jurisprudência cristalizada de modo inadequado pela competência da justiça estadual quando se tratar de tráfico de armas e drogas;

5 - Será adotada escala de outras forças de segurança junto à PMERJ, na medida do possível e aproveitamento do legado da intervenção;

6 - Será regulamentada a questão das escalas compulsórias dos policiais militares, trazendo razoabilidade à questão;

7 - Revisão da estrutura de cargos e promoções, para dar maior agilidade e meritocracia nas promoções;

8 - Promoção de paulatina recuperação salarial da PMERJ;

9 - Remodelação do projeto da UPP;

10 - Criação de uma força-tarefa dedicada a apurar mortes de policiais em resposta à violência contra agentes da lei;

11 - Criação de convênio entre as unidades de treinamento da PMERJ e as prefeituras municipais que quiserem armar a Guarda Municipal em suas respectivas localidades, de forma a garantir segurança na ação dos agentes junto à população civil, aumentando o contingente armado do policiamento ostensivo do Estado;

12 – Respaldo e cobrança para que a Corregedoria aja de forma firme contra policiais corruptos;

13 - Outras ações que possam garantir à PMERJ a segurança para fazer seu trabalho de policiamento ostensivo com segurança e apoio do seu Governo e da sociedade civil;

14 - Autorização para abate de criminosos portando armas de uso exclusivo das forças armadas, nos termos do que determina o art. 25 do Código Penal;

15 - Aproveitamento de Oficiais com formação jurídica para defesa institucional dos militares que tiverem seus atos questionados na justiça.

3.1.4. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PCERJ

A Polícia Civil foi severamente prejudicada pelo processo de avocação de competências engendrada pelo atual Governo do Estado, sofrendo com a falta de investimento em investigação e vendo o objeto de funções de suas delegacias especializadas sendo transferidas para a Secretaria de Segurança.

Com a criação do Gabinete de Segurança Pública, todo o aparato de investigação será retornado à PCERJ, que ficará responsável pela elaboração das estratégias de combate à criminalidade a partir das informações colhidas por seus agentes.

O novo modelo de organização para investigação da PCERJ será baseado no projeto de força-tarefa, tal como na Operação Lava-Jato, de maneira integrada com a PMERJ local e concentrada nas suas atribuições e objetos, de forma a desbaratar o crime organizado.

O foco deste trabalho será a busca pelo dinheiro gerado pela atividade criminosa e o local onde esse dinheiro é “lavado”, entrando oficialmente na economia regulamentada. Identificando o fruto da atividade criminosa conseqüentemente as quadrilhas, já asfixiadas financeiramente, serão descobertas com mais facilidade.

Toda a polícia será reaparelhada com o que há de mais moderno em tecnologia de investigação, para tornar o processo investigativo muito mais eficiente, inclusive com uma “Central de Inteligência” dentro da Polícia Civil, em parceria direta com a ABIN e outros serviços brasileiros de inteligência como o COAF.

No que for cabível, todas as propostas, melhorias e benefícios concedidos à PMERJ e seus agentes serão estendidos à PCERJ e seus agentes.

3.1.5. Administração Penitenciária

Os presídios do Rio de Janeiro são verdadeiros quartéis do crime organizado, de onde se administra o tráfico de drogas e armas, além das quadrilhas de roubo de cargas e assaltos. Essa situação chegou a um ponto onde não se pode mais tolerar qualquer tipo de desordem dentro dessas unidades.

Por isso, e dentro do processo de valorização do expediente de uso da inteligência no combate ao crime, a administração penitenciária passará por profundas reformulações. Como forma de melhorar a qualidade do serviço penitenciário, trazendo maior dignidade ao preso, reduzindo custos e facilitando a obtenção de informações pela inteligência, será implementado um projeto de parceria público-privada para a construção de presídios e gestão dos atuais, nos termos dos projetos bem sucedidos de outros estados da federação.

1 - trabalho e estudo para os presos;

2 - redução da reincidência.

3.2 – COMBATE À CORRUPÇÃO

A corrupção arruinou o Rio de Janeiro, gerando caos social e desesperança. A roubalheira chegou a níveis de escárnio nunca antes vistos aqui e em nenhum outro estado. Um governador e grande parte do núcleo político que os sustentava participaram diretamente dos atos de corrupção. A máquina pública foi posta para funcionar em função da corrupção. Os órgãos de controle foram aparelhados pela máfia, conselheiros do Tribunal de Contas foram afastados e presos.

Não há em quem se confiar no estado. Vai ser preciso muito trabalho e seriedade para costurar o bolso furado da corrupção e restabelecer a saúde das contas públicas.

É preciso, primeiramente, reestruturar os órgãos de Controle do estado, como o TCE, renovando seus quadros e dando autonomia real para que atuem com firmeza. Faz-se necessário replicar o modelo investigativo da Lava Jato, nos moldes de força tarefa e concentrado, uma vez que os mecanismos de corrupção se mostraram cada vez mais complexos e ramificados. **Não há necessidade de mais estruturas**, é preciso fazê-las funcionar bem, inclusive incorporando parte das 10 medidas do combate à corrupção propostas pelo MPF e outras que possam ser sugeridas.

Dentre as 10 medidas contra a corrupção que iremos implementar no nosso governo, encontra-se o “teste de honestidade” para verificar se os servidores estão agindo de acordo com os princípios legais e morais do cargo público. O funcionário público não fica sabendo se e quando está sendo testado, e caso pratique um ato ilícito será responsabilizado administrativamente, podendo até ser exonerado.

O teste é uma das três que competem à administração pública implementar. As outras duas medidas que também iremos implementar é a criação de um manual de conduta para os servidores e uma corregedoria específica dentro da Controladoria do Estado, que terá a missão de investigar e punir aqueles que apresentarem sinais exteriores de riqueza incompatíveis com o salário, aí incluído o governador.

A credibilidade do próximo governador também será uma ferramenta importante e motivadora no combate à corrupção. Os servidores e a população podem ter a certeza de que o próximo governo será comprometido e firme neste combate e dará respaldo a todos os cidadãos que quiserem, verdadeiramente, acabar com essa chaga na nossa sociedade.

3.3 – RECUPERAÇÃO FISCAL

Os números da gestão estadual são os piores possíveis. A dívida pública total do Estado do Rio de Janeiro é de R\$ 318.294.532.768,51 (dos quais R\$

140.981.991.079,07 são de longo prazo). Se compararmos à receita arrecadada total de 2017 de R\$ 62.274.061.559,82, vemos que a dívida pública do Estado do Rio de Janeiro é de difícil gestão.

Ainda sobre 2017, o Governo do Estado do Rio de Janeiro apresentou um déficit orçamentário no valor de R\$ 12.381.246.390,75 e um resultado primário (ignorados os juros e amortizações da dívida) em déficit de R\$ 6.204.628.946,73.

O fluxo de caixa do Estado do Rio se mostrou ainda negativo em montante de R\$ 16.250.119.823,43, o que se mostrou insuficiente para cobrir com suas obrigações contraídas.

Para resolver esse problema crônico, a máquina pública será gerida de maneira técnica e buscando o aumento da arrecadação através do aumento da atividade econômica e rigor no combate à evasão fiscal, evitando a concorrência desleal e proporcionando a redução da carga tributária.

Haverá especial esforço na regularização de cidadãos e empreendedores junto ao fisco estadual, por intermédio de planos inteligentes de pagamento de tributos em atraso.

Várias outras medidas precisam ser adotadas, no sentido de aumentar a receita pública, reduzir a despesa pública e alongar a dívida de longo prazo. Para isso, serão tomadas as seguintes medidas:

1 - Redução da alíquota da carga tributária, preferencialmente ICMS, resgatando a competitividade do estado, estimulando o empreendedorismo e a geração de empregos, sempre atrelado ao corte de gastos, respeitando-se a austeridade fiscal estadual, de forma que também se aumente a arrecadação tributária através da expansão da base de incidência;

2 - Esforço para que a maioria dos cargos de chefia seja ocupada por funcionários concursados de carreira, garantindo assim real tecnocracia e meritocracia na administração pública estadual;

3 - Choque de gestão nas autarquias, com auditoria completa das contas, a fim de evitar ou cessar fraudes e, caso estas ocorram, buscar o ressarcimento público judicialmente;

4 - Acelerar a liquidação de empresas públicas que já estão nesse processo;

5 - Garantir à Secretaria de Planejamento poderes para controlar a execução orçamentária do Estado de maneira mais centralizada;

6 - Gestão do orçamento do Estado por centro de custo, evitando o desperdício;

7 - Criação de um programa de demissão voluntária, dando oportunidade aos servidores insatisfeitos de se desligarem com maior segurança, prestigiando, cobrando eficiência e pegando em dia os servidores que permanecerem;

8 - Revisão das políticas de preço mínimo de custo nas licitações estaduais, normalmente estipulados muito acima do preço que possivelmente seria obtido em licitações amplas, o que hoje prejudica o erário público;

9 - Revisão das cláusulas leoninas na Lei de Recuperação Fiscal, com revisão administrativa ou judicial dos valores da dívida entre o Estado do Rio de Janeiro e a União Federal e maior liberdade administrativa para o Governo estadual;

10 - Demais ações em busca de uma administração pública eficiente.

3.3.1. Previdência Estadual

Previdência é o ato de prever. No âmbito socioeconômico não é diferente a definição: trata-se do conjunto de estratégias e ações tomadas para que se preserve a capacidade de conferir renda às pessoas que não podem mais auferir por conta própria (idosos, incapazes e outros).

A organização institucional das atividades de previdência no nosso país está dividida da seguinte forma: Regime Geral de Previdência Social (RGPS, operado pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social); Regimes Próprios de Previdência dos entes federativos (que operacionalizam a previdência dos servidores estatutários da administração pública). Em complemento aos regimes mencionados, temos o Regime de Previdência Complementar, organizados da seguinte forma: Previdência Complementar Aberta (ofertadas por seguradoras para qualquer pessoa, ou cliente, interessada); e Previdência Complementar Fechada (operacionalizados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, chamados também de “Fundos de Pensão” e geralmente são ofertados exclusivamente no âmbito dos funcionários de empresas, sendo os mais famosos os Fundos de Pensão das estatais).

3.3.1.1. Fundo Único de Previdência Social do Estado Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA

Trata-se do Regime Próprio do Estado do Rio de Janeiro, organizado e instituído como Autarquia Pública Independente. Atualmente, o ERJ arrecada com receitas não financeiras (arrecadação tributária e outras receitas) em torno de R\$ 35 bilhões, sendo que desses recursos R\$ 10 bilhões são destinados aos Inativos e Pensionistas do RioPrevidência (Resultado Primário e Orçamentário do ERJ, data base de dezembro de 2017).

Observa-se a premência em estabelecer uma nova estratégia para que se amenize a conta do Regime Próprio dos servidores nas contas públicas estaduais. Adicionalmente, preconiza-se nessa proposta a promoção da convergência de regras entre as previdências pública (Regime Próprio do ERJ) e privada (esta última do Regime Geral do INSS).

Propõe-se uma mudança nos parâmetros de concessão de benefícios (requisitos com regras mínimas de admissão de benefícios e valores máximos de conversão da remuneração em benefício).

Propõe-se, ainda, racionalizar a exploração dos ativos do ERJ (como recebíveis, imóveis e outros direitos), de maneira que se dedique tais rendimentos para o RioPrevidência. Tudo será realizado de forma transparente, com apoio da Companhia Fluminense de Securitização SA – CFSEC e de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

3.3.1.2. Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro – RJPrev

Em 2012, o ERJ adotou o Regime de Previdência Complementar, criando a EFPC denominada RJPrev. A entidade opera somente um plano de previdência, multipatrocinado na modalidade de Contribuição Definida – CD. Segundo o Relatório de Atividades (2017), a entidade possui um pouco mais de 1800 participantes e conta com um patrimônio de R\$ 42 milhões.

A entidade tem que se preparar para operar planos especiais demandados pelos atuais patrocinadores (entidades da administração pública estadual) e de outros entes federativos, como exemplo, os municípios do estado do RJ. Deve se preparar também para operar planos instituídos por organizações sociais, como sindicatos e associações.

Ademais, podem ser adicionados mecanismos de atração dos servidores que se encontram no Regime Próprio, como: (i) oferta de planos na modalidade de Contribuição Variável – CV, (ii) aportes de recursos condicionados, (iii) ampliação do percentual de contribuição patronal paritária, e outras iniciativas. Todas as iniciativas estão alinhadas com a busca da segurança financeira (pós trabalho) do servidor, com a busca do equilíbrio atuarial das obrigações do ERJ, e, naturalmente, reduzir o impacto dos gastos previdenciários nas contas orçamentárias do ERJ.

3.4 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3.4.1 – Organização Administrativa

A Organização Administrativa será pautada na eficiência e no uso correto do recurso público. A dimensão das secretarias e órgão vinculados será

reavaliada. É preciso que a máquina pública tenha o tamanho adequado para prestar o serviço ao cidadão com qualidade, mas que permita aos cofres públicos operarem com saúde. O servidor público não pode e não deve pagar a conta da corrupção, mas todos devem assumir sua responsabilidade na reorganização da administração e das contas.

Será proposta uma reforma administrativa que procure acabar com superposições funcionais como a Casa Civil e a Secretaria de Governo, pois esta última teria como função “assessorar as demais secretarias nas suas atividades fins”. Isto posto, a atual Secretaria de Governo será extinta e suas atribuições serão incorporadas à Secretaria da Casa Civil, extinguindo inúmeros cargos comissionados. Já as funções de desenvolvimento econômico, promoção da infraestrutura pública e privada, entre outros assuntos estranhos à pasta da Casa Civil, serão redirecionadas para pastas especializadas nos temas. O tamanho e o dimensionamento das demais secretarias serão discutidos com a sociedade, para que possamos chegar no formato administrativo mais eficiente possível.

Para resgatarmos a confiança da população fluminense, propomos as seguintes medidas com objetivo de dar eficiência ao funcionamento da máquina pública:

1 - Estudar a viabilidade econômica da implantação do Centro Administrativo do Governo do Estado, viabilizando o trabalho e a interação das diversas Secretarias de forma eficiente, assim como facilitar o acesso da população que necessita de serviços da administração pública;

2 - Programar auditorias em todas as Secretarias para garantir a transparência, eficiência, eficácia e o uso correto e justo dos bens e verbas do Estado;

3 - Informatizar, com foco de publicização, todos os órgãos do Governo, possibilitando as consultas e acompanhamento das atividades e das solicitações em tempo real, assim como dar acesso da população às agendas oficiais do Governador, Vice-Governador, Secretários e Subsecretários;

4 - Criar o Cartão Cidadão Fluminense com todas as informações necessárias para atendimento nos diversos setores da administração pública, ou QR code na identidade expedida pelo Detran/RJ; (v) implantar novo organograma, diminuindo as Secretarias existentes, sem prejuízo na qualidade e prestação de serviço ofertado para população do Estado;

5 - Criar e gerenciar Escritório de Projetos com participação das Secretarias, com objetivo viabilizar a captação de recursos Federais;

6 - Adequar o quantitativo de servidores de carreira e sua correta lotação, evitando desvio de função e desmotivação dos referidos servidores;

7 - Valorizar o Servidor Público, com oferta de treinamentos, atualizações continuada, capacitações e cursos para melhor atender a nossa população;

8 - Atualizar e modernizar o Plano de Cargos e Salários existentes, buscando a motivação, incentivando e valorizando o desempenho profissional;

9 - Criação de um gabinete itinerante, a percorrer, em bases regulares ainda não definidas, todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, sempre com presença do Governador, do Vice-Governador, do Chefe de Gabinete de uma das autoridades acima ou do Secretário da Casa Civil; onde serão prestadas informações sobre a gestão do Estado e recolhidas demandas dos cidadãos da localidade visitada;

10 - Criação de gabinetes regionais de administração pública estadual, nos polos regionais, com estrutura enxuta e voltada para o atendimento de demandas da população dentro das competências do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

11 - Melhoria da transparência e do contato feito através da internet, site oficial, portal da transparência e perfis e páginas oficiais nas redes sociais.

3.4.2. Relações Institucionais

O Governo Wilson Witzel terá relações institucionais com outros poderes públicos estaduais, seja com governos federal, municipais e internacionais, sempre com base no respeito, na ética, na independência funcional e na busca por cooperação, com a finalidade de promoção de direitos fundamentais, de serviços públicos eficientes e de aumento da liberdade e da produtividade do setor privado.

As relações de “toma lá, dá cá”, tão características da velha política serão substituídas por relações republicanas e éticas entre os poderes e entre o poder público e a iniciativa privada. É preciso recuperar a confiança do cidadão nas instituições e, para isso, as relações serão pautadas com transparência.

O Governo terá uma relação de autonomia e independência em sua relação com a ALERJ, buscando apenas e tão somente meios republicanos de cooperação com a casa legislativa estadual. Não serão aceitas indicações de deputados, de cunho político, para a ocupação de cargos ad nutum no Governo. Eventuais sugestões serão avaliadas a partir de parâmetros puramente técnicos.

Para garantir a independência de deputados estaduais, tanto da futura base do governo quanto eventuais opositores e independentes, nosso Governo apoiará a criação de emendas parlamentares impositivas ao orçamento estadual, de forma que todos os deputados estaduais possam exercer seu mandato blindados de qualquer sugestão não republicana por parte deste ou de futuros governos estaduais, inclusive na própria Assembleia.

A independência do Tribunal de Contas do Estado será respeitada e não mais será usado como sócio do crime. Em virtude dos problemas amplamente divulgados na imprensa, ao longo dos últimos anos, envolvendo o TCE/RJ, o Governo Wilson Witzel se compromete a buscar, junto à sociedade civil, debater quais os melhores caminhos para se reformular os meios de indicação de membros e fortalecimento da independência e autonomia do Tribunal. O TCE será resgatado e se

transformará em uma importante ferramenta na correção e eventuais investigações de malfeitos e malversação em quaisquer níveis da atividade executiva estadual.

Com a credibilidade do próximo Governador, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro será um grande parceiro na reconstrução do estado, sendo tratado com respeito, independência e autonomia. Vamos melhorar a eficiência da prestação administrativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e da prestação judiciária do Tribunal de Justiça em toda a sua estrutura.

Vamos buscar a máxima eficiência da prestação jurisdicional em áreas sensíveis como a execução penal, atendimento a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, pedofilia ou vulnerabilidades. Apoio ao trabalho das varas de infância e idosos.

Estímulo aos meios alternativos de composição de litígios e redução do congestionamento processual. Melhoria do desempenho das execuções fiscais com mais varas especializadas, semelhante ao que ocorre na justiça federal e criação da central de negociação em razão da baixa efetividade do atual modelo judicial previsto na Lei de Execução Fiscal.

Dentro do pacto federativo nacional, o Governo do Estado precisa manter relações institucionais do mais alto nível com o Governo Federal, independentemente do Presidente a ser eleito em 2018. No entanto, a Lei de Recuperação Fiscal aprovada por imposição do atual Governo Federal deverá ser reavaliada e rediscutida junto ao próximo Presidente, especialmente em pontos sensíveis que hoje podem ser entendidas como de grande prejuízo ao Estado do Rio de Janeiro. Somente um Governador com credibilidade e legitimidade popular pode repactuar os acordos com o Governo Federal, na busca de soluções viáveis e que não rifem o nosso desenvolvimento. O Governo manterá um gabinete de representação em Brasília para defender os interesses do Estado do Rio de Janeiro, em especial a busca por recursos e investimentos e organização da bancada federal fluminense em prol dos interesses do Estado.

O próximo Governo terá como norte a descentralização e desconcentração administrativa. De acordo com a melhor doutrina econômica e política, quanto mais próximo o Governo está do seu cidadão, mais eficiente ele é. Por isso, nossa gestão não medirá esforços para coordenar ações conjuntas entre diferentes prefeituras e entre prefeituras e o governo estadual na prestação de serviços públicos essenciais e na proteção ambiental sustentável, especialmente através de convênios e consórcios administrativos entre os entes para dinamizar parcerias público-privadas nas áreas de iluminação, controle ambiental, aterros sanitários, segurança entre outros.

No campo internacional, trabalharemos para o resgate da imagem do Estado, arranhada com a escalada de violência e com a prisão de políticos importantes. A credibilidade do próximo Governador será essencial para resgatar a confiança dos governos e empresários estrangeiros, que são parceiros fundamentais no investimento privado e no desenvolvimento do estado. Trabalharemos para o estabelecimento de novos Acordos de Cooperação Internacional, seja com governos ou agências multilaterais, que permitam ao estado superar os principais gargalos do seu desenvolvimento. O resgate da imagem do estado também será um importante motor da retomada do crescimento do setor turístico com especial foco no esforço da internacionalização da capital do Estado.

3.5. SAÚDE

A Saúde do Estado vive, talvez, a sua pior crise desde a redemocratização e a implantação do SUS em 1988. A saúde pública estadual pode ser encarada como o pior exemplo entre os serviços prestados pelo Estado. Em toda a rede faltam medicamentos, médicos e leitos. Os recursos são insuficientes e mal aplicados. A Saúde, portanto, se soma e agrava o quadro de crise aguda do nosso estado.

Os últimos governos prometeram muito e entregaram pouco, a melhoria da atenção secundária e a atuação junto aos municípios para garantir a implementação da atenção primária simplesmente não aconteceu. Mesmo os programas de referência

e com aporte de recurso Federal como a UPA, com boa aceitação pela população, encontra-se definindo pela falta de recursos e profissionais.

Nos últimos 10 anos, houve sensível melhora dos indicadores de Saúde no Brasil, a expectativa de vida chegou em 74,6 anos, em 2015, e a mortalidade infantil caiu. Entretanto, o Estado do Rio não acompanhou essa evolução de maneira proporcional, comparado aos demais estados do sudeste, o RJ sempre apresenta os piores indicadores. Quando comparado ao Espírito Santo e a São Paulo, a população do estado vive em média 2 anos menos. A taxa de mortalidade infantil de 2015 situou-se em 11,4 por mil crianças nascidas vivas, acima da média do Sudeste de 10,7.

O Estado do Rio de Janeiro, um dos mais modernos do país e com o terceiro maior orçamento do país, insiste em não tratar devidamente as questões de doenças sociais, relacionadas principalmente à pobreza e as condições precárias de saneamento e habitação. A dengue continua presente no cotidiano da população do estado, que agora foi incrementado com a volta da febre amarela (que estava praticamente erradicada). Somente em 2018 já foram mais de 200 casos de febre amarela, com cerca de 60 mortes. Em 2016, cerca de 400 pessoas morreram de tuberculose, sendo o estado a região em que a doença mais mata no país.

Por ano, o estado registra cerca de 12.000 novos casos de tuberculose, uma média de 70 casos para cada 100 mil habitantes, sendo a média brasileira de 32 casos e o patamar recomendado pela OMS é de 3 por 100 mil habitantes. Nas favelas a situação é ainda pior, a taxa salta para 300 por 100 mil habitantes, como em Manguinhos. A Tuberculose é uma doença que simboliza a ineficiência do poder público, uma vez que sua incidência é maior em áreas sem saneamento, principalmente em comunidades carentes, e a premissa básica para o combate a doença é a oferta do serviço de água e esgoto nessas áreas, bem como uma adequada urbanização.

O Estado do Rio de Janeiro quando comparado aos seus pares do Sudeste, tem a pior cobertura da rede básica, com 56%, sendo a média nacional 68%. Quando levado em conta apenas a cobertura de atendimento em saúde da família cai para 35%. Não há planejamento, não há estratégia para a mudança do cenário.

Sobre os leitos do Estado, o RJ perdeu o maior número de leitos em hospitais entre 2010 e 2015, cerca 7 mil leitos de internação do SUS e 1700 na rede particular. O levantamento é do Conselho Federal de Medicina. Os setores que mais sofreram foram o de clínica geral, cirúrgico, obstétrico e pediátrico.

A má gestão e a falta de planejamento na saúde são tão evidentes, que no ano de 2017 o governo executou apenas 9,59% do orçamento estadual na saúde, quando o exigido pela Constituição é de 12%, de acordo com números da própria Contadoria Geral do Estado.

É preciso dizer que também há uma ausência do Estado como mobilizador/facilitador/fiscalizador das políticas de saúde. A falta de regulação é outro grave problema. Hoje o Estado do Rio controla algumas poucas especialidades pactuadas e o restante fica a cargo dos municípios. Tal situação leva ao uso inadequado dos serviços ofertados, havendo sobrecarga em algumas locais e subutilização em outros. É preciso que as unidades sob direção das OS sejam reguladas, além de melhorar o encaminhamento de pacientes provenientes das UPAs para os hospitais, para que cenas de pessoas morrendo na porta não se repitam.

Para melhoria do atual quadro da saúde no Estado, o Governo Wilson Witzel propõe as seguintes medidas:

1 - Cumprimento do dispositivo constitucional que obriga o Estado a aplicar 12% do orçamento em saúde;

2 - Promover a auditoria de todos os contratos de OSs e de terceirizações vinculadas à saúde celebradas pelo governo anterior;

3 - Fortalecer a capacitação e valorização dos profissionais de saúde do estado, de forma a garantir um atendimento de qualidade, eficiência e focado no cuidado ao cidadão;

4 - *Propor a organização do sistema de regulação, nos moldes do Estado de SP, com a revisão da PPI (programação pactuada integrada) dos 92 municípios, garantindo o acompanhamento e cumprimento das cotas;*

5 - *Fazer a secretaria estadual de saúde reassumir o seu papel como articuladora da saúde do estado junto aos municípios, garantindo repasse de recursos para a implementação do PNAB;*

6 - *Estabelecer convênios com os municípios para a construção de até 250 Clínicas da Família ou contratação na rede privada por meio de parcerias público privadas, que permitam a disponibilização de ao menos 2 mil novas equipes, aumentando a cobertura do atendimento para 70%;*

7 - *Reorganização da Central de Regulação de Leitos, racionalizando o uso de leitos de alta complexibilidade;*

8 - *Revitalização do serviço de Telessaúde da UERJ, disponibilizando-o para a atenção primária do Estado e racionalizando a solicitação por serviços especializados;*

9 - *Reforma dos hospitais de referência, com recurso próprio ou através de Parcerias Público-Privadas;*

10 - *Reestruturação da atenção especializada na rede assistencial do Estado;*

11 - *Melhorar o atendimento de toda a rede de atenção materno-infantil, garantindo um parto humanizado desde a concepção até o nascimento;*

12 - *Atuar em conjunto com as demais secretarias para garantir uma atuação ampla e transdisciplinar no tema da saúde, visando assim melhorar os indicadores de saúde do Estado;*

13 - *Criar mecanismos de accountability na gestão dos recursos de saúde, impedindo novas fraudes e desvios;*

14 - Dentro da força-tarefa da “Lava-Jato do Rio de Janeiro”, ter foco especial na investigação de atos de corrupção na saúde nos últimos 20 anos;

15 - Contratar médicos especializados dentro das redes privadas para suprir a demanda do SUS, de forma a zerar a fila de espera de procedimentos em até um ano;

16 - Construir novas sedes do Rio Imagem na Baixada Fluminense e no interior do Estado ou estabelecer parcerias com laboratórios privados;

17 - Em parceria público-privada, construir novos hospitais de atendimento pelo SUS;

18 - Buscar parcerias com hospitais militares e universitários para aumento do número de vagas para a rede pública;

19 – Fortalecimento dos institutos de pesquisa vinculados à secretaria de Saúde;

20 - Através de apoio logístico e financeiro, implantaremos em todos os municípios do Estado um programa de contratação de horários disponíveis em consultórios particulares, complementando os valores da tabela SUS, para atrair a rede privada.

3.6. EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Outro tema caro para a população fluminense e que foi tratado de maneira desidiosa pelo atual Governo é a educação. A educação é o direito social e o serviço público de maior destaque hoje no mundo. É o instrumento de emancipação do cidadão, a partir do qual pode ele se qualificar para entrar no mercado de trabalho e assim poder servir à sociedade, retirando seu sustento de maneira digna e funcional.

Não há uma definição final por parte do Governo Estadual acerca de que percentual da receita pública foi realmente investida na educação. A Constituição

Federal, em seu artigo 212, exige que cada ente estadual invista pelo menos 25% do seu orçamento na educação.

De acordo com a Auditoria Geral do Estado, esse número foi de apenas 9,96% no ano de 2017. Já pela Contadoria Geral do Estado, esse número é de 24,41%. Não importando a partir de que perspectiva se olhe, a resposta é apenas uma: o Estado do Rio de Janeiro descumpriu, no ano de 2017, com a obrigação constitucional que lhe era devida.

E se há, com clareza, o problema da falta de investimento, há também o problema de como esse investimento é feito, tanto no âmbito da infraestrutura, quanto na questão do conteúdo do que é ensinado.

Ainda de acordo com a Constituição, os governos estaduais são primariamente responsáveis pelo Ensino Médio, ainda que também estejam aptos a promover o ensino nos demais níveis.

De acordo com o censo escolar de 2017, 415.634 alunos foram matriculados na rede de ensino médio público estadual, dentro de uma redução constante há alguns anos. O programa de ensino médio integral no Estado está com 51,2% das vagas ociosas, provavelmente em virtude da falta de estrutura financeira dos jovens, já pressionados pelas famílias a ter pelo menos um trabalho em meio período. A evasão escolar está, de acordo com o Ideb, em cerca de 11% dos matriculados por ano. Ao final, 41% dos alunos que entram no ensino médio não conseguem se formar, índice que é o dobro do percentual médio dos demais países da OCDE. Muitos alunos não conseguem vagas em escolas próximas, ainda que existam vagas na rede. De acordo com o Ideb 2015, nenhuma escola pública de ensino médio do Rio de Janeiro tem resultados verdadeiramente satisfatórios, com 40% delas em nível de alerta, 40% em nível de atenção e 20% em nível de necessidade de pequenas melhorias.

A segurança dos jovens em localidades de risco é outro problema, fruto de constantes reclamações, tanto do corpo discente quanto docente. A falta de estrutura e de professores na rede são outras reclamações constantes.

Estudos e experiências internacionais comprovam a importância do investimento no ensino profissionalizante para o desenvolvimento da economia e inserção mais rápida dos jovens no mercado de trabalho. Os países mais ricos possuem consciência da importância do ensino médio profissionalizante. Na Alemanha 51,5% dos jovens fazem ensino técnico, na Áustria 76,8% e em Portugal 38,7%.

No Brasil, infelizmente, o investimento ainda é muito baixo, pois menos de 9% dos alunos do ensino médio cursam o modelo profissionalizante. No ensino técnico da rede estadual de ensino, em 2017, o número de matrículas somava pouco mais de 4 mil alunos.

Além de reduzir a evasão escolar, o ensino profissionalizante aumenta a renda e a chance de empregabilidade, contribui para a redução da criminalidade, evitando, assim, que se gaste com presídios aquilo que poderia ser investido em educação. Estudos do SENAI mostram que entre os jovens com ensino médio no Brasil, aqueles que possuem formação técnica têm salários até 15% maiores e aumentam em mais de 50% a chance de empregabilidade.

O sistema de ensino profissionalizante alemão é responsável por 54% da força de trabalho do país, com uma taxa média de apenas 4% de desemprego entre os jovens que se formaram no ensino profissionalizante, contra 8,6% daqueles que não possuem essa formação. O modelo é fortemente consolidado, reconhecido internacionalmente e nos ensina a importância social e econômica de se investir em educação profissional para a população.

Um menor infrator no Degase custa cerca de 10 salários mínimos para o Estado do Rio de Janeiro, sendo que o custo de um estudante no ensino médio para o Estado é de, em média, 4 a 5 salários mínimos.

Ademais, é preciso contextualizar as nossas universidades estaduais (UERJ, UENF e UEZO) dentro de um projeto maior de educação sistematizada, desde o ensino médio até o ensino superior. O resgate das nossas universidades estaduais passará por um reposicionamento das suas prioridades, de forma a também termos

como prioridade a produção científica de cunho tecnológico, para produção de patentes e aumento da produtividade da nossa economia. Incentivo à pesquisa e iniciação científica.

Outro dado que não pode se ignorar é o papel da cultura na formação da nossa juventude e na promoção da nossa cultura. A cultura não pode ser encarada como gasto, mas como investimento. O setor cultural do estado é um importante setor econômico, emprega com qualidade e traz investimentos importantes através de mecanismos de incentivo à cultura. É preciso que os aparelhos culturais do Estado sejam melhor administrados, se possível em parceria com a iniciativa privada, para que estejam a serviço e disponíveis à população e, também, que potencializem o desenvolvimento da nossa cultura.

Portanto, é compromisso do Governo Wilson Witzel a defesa dos seguintes pontos na área educacional, cultural, científica e tecnológica:

1 - Criação de um plano de gratificação para a rede estadual de ensino, implantando modelo de bonificação por desempenho para os professores em sala de aula, visando a melhoria dos resultados de aprendizagem da rede estadual de ensino e a diminuição do grande número de licenças, desvios de função e cedidos em outros órgãos no magistério;

2 - Reforma pedagógica das escolas estaduais, com foco em disciplinas básicas e tecnológicas;

4 - Expansão da rede de escolas profissionalizantes no modelo da escola NAVE, em parceria estabelecida entre o Estado do Rio de Janeiro e a iniciativa privada, para a oferta de qualificação técnica no ensino médio, oferecendo formação aplicada às necessidades atuais do mercado de trabalho, com foco nas empresas que investirem no projeto;

5 - Reforço e ampliação da Rede FAETEC, com ensino integral e disponibilização de uma bolsa e a construção de um currículo em consonância com os

setores econômicos do Estado, de forma a reduzir a evasão que recai sobre o ensino médio, oferecendo qualificação e experiência aos jovens;

6 - Criação de uma rede de escolas estaduais militares, em parceria com as Forças Armadas e PMERJ, com o objetivo de replicar modelos como da Escola Naval, EpCAR e Colégio Militar à nível estadual;

7 - No longo prazo, especialização de todas as escolas estaduais em (a) FAETECs; (b) profissionalizantes e (c) militares, garantindo uma rede 100% em período integral e com escolha dos pais;

8 - Criação de uma rede de centros escolares de apoio à crianças especiais e transformação de toda a rede em escolas inclusivas;

9 - Criação das disciplinas obrigatória de “Constituição e Cidadania” no ensino médio estadual com o objetivo de instrumentalizar nossos jovens acerca do funcionamento do Estado e do entendimento dos direitos e deveres de todo cidadão brasileiro;

10 - Investimento na segurança de professores e alunos dentro e fora da sala de aula;

11- Ampliar gradativamente e de forma sustentada os investimentos em educação e melhorar progressivamente a remuneração do magistério;

12 - Implantar programa de formação continuada de professores, com parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e Universidades Estaduais, capacitando-os para o melhor desenvolvimento de suas atividades educacionais;

13 - Promover a capacitação e certificação ocupacional de gestores educacionais, visando mantê-los alinhados a proposta da Secretaria de Estado de Educação e desenvolvendo um trabalho em rede de melhorar o aprendizado e o desempenho das escolas estaduais;

14 - Melhorar progressivamente a infraestrutura tecnológica das escolas estaduais;

15 - Implantar projeto de preparação para o Enem nas escolas estaduais;

16 - Ampliar o acesso ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA), em todos os níveis de ensino da educação básica, e desenvolver ações de alfabetização para jovens e adultos, especialmente nas regiões onde a taxa de analfabetismo é maior no Estado;

17 - Desenvolver ações que promovam maior envolvimento das famílias com a educação dos filhos e com o trabalho educativo das escolas;

18 - Reestruturar a organização da Secretaria de Estado de Educação, visando uma maior aproximação entre a Secretaria, as Regionais Metropolitanas e as escolas, com um trabalho mais articulado, baseado em metas e no alcance de melhor desempenho da rede estadual de ensino;

19 - Estabelecer a cooperação entre Universidades Estaduais e iniciativa privada, visando o desenvolvimento de inovação, ciência e tecnologia no Estado;

20 - Reestruturar a gestão da FAPERJ e a concessão de bolsas, de modo a atrair pesquisadores e projetos de excelência e de interesse do Estado;

21 - Implementação da nova estruturação de trabalho educacional também junto ao DEGASE;

22 - Criar programa permanente de fomento à cultura que tenha dentre seus critérios a redução das desigualdades territoriais, a democratização do acesso e da produção artística na região metropolitana, reconhecendo o papel da cultura na promoção da cidadania;

23 - Busca pela autossustentabilidade de aparelhos culturais estaduais, através de parcerias público-privadas, patrocínios e concessões;

24 – Elaborar uma estratégia de desenvolvimento do setor audiovisual do Estado e Construção do Programa de Fomento à Produção Audiovisual do Rio de Janeiro, cuja proposta deve beneficiar a cadeia produtiva do setor, incentivando a produção de filmes de curta e longa-metragem, programas para TV, além de projetos a difusão (cineclubes, festivais, mostras), pesquisa e formação.

3.7. INFRAESTRUTURA

Historicamente o Rio de Janeiro tem tratado a questão da infraestrutura de maneira compartimentada e separada. A Secretaria de Obras acabava por ter extraída de sua competência certas funções que deveriam necessariamente ser tratadas de maneira conjunta. O exemplo mais claro disso é a questão dos transportes. A pasta de transportes, ao ser criada de maneira autônoma e desvinculada da infraestrutura estadual como um todo, gerou uma malha rodoviária confusa e desvinculada de parâmetros urbanísticos, ambientais e práticos.

Essa tendência será revertida em prol de uma visão macro de infraestrutura que possa preparar o Estado do Rio de Janeiro para o salto de qualidade na produtividade da sua economia. É preciso que o poder público propicie as condições adequadas de estrutura para que a iniciativa privada possa investir com segurança. Um ambiente logístico e de negócios necessário para que a iniciativa privada tenha segurança policial, jurídica e estrutural para produzir em prol da sociedade.

E mesmo na própria logística da infraestrutura, a iniciativa privada pode e deve ter papel fundamental, como parceiro e investidor, na melhoria das condições urbanas e rurais do Estado do Rio de Janeiro.

Por isso, o Governo Wilson Witzel organizará a infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro a partir de uma visão macro, dentro de uma única pasta, a Secretaria de Infraestrutura, que agregará, entre outras funções, a responsabilidade de promover

as obras necessárias, em conjunto com a organização viária e a estruturação energética.

3.7.1. Obras

Um grande desafio do Governo Wilson Witzel será a realização das obras fundamentais para garantir o crescimento do Estado do Rio de Janeiro, principalmente após a quase falência do Estado em virtude da realização de obras faraônicas com pouca finalidade prática ou, quando úteis, feitas de forma atabalhoada e incompleta, e sempre com superfaturamento.

Nossa preocupação primordial é a mudança de paradigma de realização das obras no Estado do Rio. Nosso objetivo primário será o financiamento e a realização de pequenas obras que gerem impacto imediato na vida dos cidadãos fluminenses, em especial no campo do saneamento básico, extremamente precarizado.

Também daremos prioridade à conservação do patrimônio público e construção e reforma de prédios públicos, que tenham por finalidade a execução de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança. Vamos ainda valorizar o trabalho técnico produzido pelo Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura e pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Para as grandes obras e projetos, nosso Governo terá como política fundamental o uso de parcerias público-privadas e também o apoio institucional de desburocratizar a concessão de licenças para empreendimentos de infraestrutura que tenham capital 100% privado.

Em virtude da política de responsabilidade fiscal, a prioridade de grandes projetos de infraestrutura será a finalização dos projetos que já estão em andamento ou que foram finalizados com falhas fundamentais.

Podemos citar, dentre outros:

1 - Finalização do projeto COMPERJ, com apoio estrutural e busca de parcerias;

- 2 - Apoio para finalizar a construção da Usina Angra 3;*
- 3 - Complementação do Arco Metropolitano, garantindo meios para a segurança do usuário;*
- 4 – Cobrar do Governo Federal e da Concessionária a construção da “nova subida da serra” (BR-040);*
- 5 - Cobrar do Governo Federal e da Concessionária a Duplicação da pista Rio- Teresópolis;*
- 6 – Garantir junto ao Governo Federal a Duplicação da BR-393;*
- 7 - Ampliação da Via Light;*
- 8 - Apoio à Ferrovia Transoceânica, desembocando no Porto do Açú;*
- 9 - Apoio ao projeto de porto de águas profundas em Jaconé;*
- 10 – Avaliação de viabilidade na construção do aeroporto de cargas de Seropédica;*
- 11 - Implantar um cinturão de terminais logísticos (portos secos) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Interior, para se dedicarem ao tratamento de cargas em geral;*
- 12 - Implantar o Arco Rodoviário do Norte Fluminense com o objetivo de melhorar o tráfego da região e facilitar o acesso ao porto do Açú;*
- 13 – Privatização da Rodovia Amaral Peixoto garantindo uma concessão baseada no menor preço, permitindo assim a viabilização do Aeroporto de Cabo Frio, uma vez que facilitaria o acesso de toda região dos lagos ao mesmo.*

3.7.2. Transportes

O transporte de massa é uma das áreas mais sensíveis do nosso estado. A região metropolitana do Rio figura como o pior sistema de transporte do

mundo quando comparado com as 74 principais regiões metropolitanas do mundo. A população da capital e demais regiões leva em média uma hora e meia para chegar ao trabalho, sem contar o tempo de espera do transporte.

Nesse ambiente, o impacto das longas viagens sobre a produtividade é significativo, chamado de produção sacrificada. Segundo estudos da FIRJAN, o longo tempo de deslocamento dos trabalhadores impacta significativamente na economia, representando uma perda de quase 6% do PIB Estadual. É preciso ter em conta que se considerarmos outras variáveis, como o alto custo do transporte público e o impacto na saúde causado pelo tempo excessivo de deslocamento, teremos um impacto econômico ainda maior. Portanto, a questão do Transporte é fator primordial para o desenvolvimento econômico e social do estado, pois uma região com transporte de qualidade e custos razoáveis gera uma mão de obra mais produtiva e um ambiente mais propício aos investimentos, além de garantir o sustento de milhões de famílias através do emprego.

Após anos de abandono e investimentos em transportes insuficientes, os grandes eventos que deveriam servir como um grande salto qualitativo na área, como o foi em diversas cidades que tiveram essa oportunidade, se mostrou apenas como mais uma torneira aberta para a corrupção e dilapidação do patrimônio público. O transporte de massa no Rio de Janeiro é de péssima qualidade e insuficiente para atender às necessidades da população. A opção pelo ônibus e a falta de investimentos eficazes em transporte de massa têm transformado em uma verdadeira luta o deslocamento da população trabalhadora da região metropolitana. As políticas implementadas vão na contramão da modernidade, com o transporte individual crescendo e o transporte coletivo caindo em volume e qualidade.

A opção por priorizar uma matriz com ênfase no transporte sobre rodas se mostrou equivocada, custosa e inacabada. A obra do BRT da Avenida Brasil é o grande símbolo do que se tornou a gestão pública, sem recursos, segue inacabada e prejudicando milhões de pessoas que dependem de uma das principais vias de acesso a cidade para chegarem ao seu trabalho. Esses investimentos inadequados aumentaram a demanda de passageiros no sistema de ônibus, que cresceu bem acima

dos outros modais como metrô e trem, o que vai no sentido inverso da racionalidade urbana. A opção pelo BRT foi um grande erro e a população paga caro por eles, pois a mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro já está colapsando, erro que precisa ser corrigido pelo próximo governo, pois é uma questão que atinge a todas as camadas sociais, com maior prejuízo para a parte mais pobre da população.

A viabilização do Metrô como principal ferramenta de melhoria no deslocamento da região metropolitana segue estagnada ou inviabilizada pela corrupção. A expansão do Metrô para a Barra, feita a toque de caixa e aproveitando a janela das Olimpíadas, foi um escândalo sem tamanho que estampou as capas dos jornais por muito tempo. Somente as obras da linha 4 levaram cerca de 3 bilhões em contratos superfaturados estando envolvidos todos os secretários de transportes, além do próprio governador. Com tantas denúncias, urge que seja feita uma auditoria em todos os contratos de concessão pública feitos durante o período Cabral-Pezão, uma vez que as investigações apontam que todas as ações do governo eram planejadas e executadas em função da corrupção.

Ainda sobre o Metrôrio, é preciso ter em conta que o serviço possui a segunda tarifa mais cara do país, tendo figurado muitas vezes como uma das mais caras do mundo. Comparando com o Metro de SP, o usuário do Rio paga 0,30 centavos mais caro para andar em uma rede com quase 30km a menos (58km x 84km). A rede metroviária do Rio é menor do que a de Caracas da Venezuela (70km), uma país que se encontra em crise aguda desde 2013 e a passagem custa quase 4 vezes mais do que a do Metrô de Buenos Aires (R\$ 1,30) que possui uma rede com quase o mesmo tamanho. Portanto, não existem explicações razoáveis para a manutenção dessa tarifa diante do baixo retorno à população.

O número de falhas na prestação dos serviços do Metrô, da Supervia e das Barcas é constante. Esses modais que deviam, pelo contrário, contribuir para desafogar a demanda do sistema de ônibus urbanos, já inteiramente saturado. Existe uma omissão deliberada da atual Secretaria de Transportes e os erros vão gradativamente se consolidando, o mau serviço passou a ser o padrão e a população obrigada a aceitar e pagar.

A questão dos trens é ainda mais vergonhosa, um sistema altamente precarizado e de custo elevado. A passagem cobrada pela Supervia é quase a mesma do Metro (4,20 / 4,30), consegue ser mais cara que a do Metro de SP, e os serviços quando comparados são totalmente diferentes, seja pelo conforto, acessibilidade ou qualquer outra variável. O sistema de trens do RJ também não escapa da corrupção, segundo investigações a Supervia (Grupo Oderbrecht) era usada para escoamento de propinas. Diante de tantas suspeitas e gestões que se especializaram em roubar, é urgente que o próximo governo realize também uma auditoria da renovação das concessões do Trem que foram realizadas na gestão Cabral.

As Barcas continuam funcionando abaixo do seu potencial, além de também terem passagem elevada, sendo uma das mais caras do mundo. O preço por km rodado pela Barca sai até 5 vezes mais caro do que o preço por km cobrado de Belém a Ilha do Marajó, um destino 16 vezes mais longo. Ademais, é preciso pensar a expansão do serviço de Barca com o objetivo de diminuir o tráfego de veículos na capital, é urgente a expansão do serviço para São Gonçalo e garantir passagens acessíveis saindo da Estação Charitas.

O Bilhete Único do Rio além de bem mais caro que o de SP (8,55 x 6,96) permite acesso a menos modais por menos tempo (2 modais em 2:30h x 4 modais em 3:00h). Em SP o usuário ainda tem a vantagem de adquirir um Bilhete Único MENSAL, reduzindo filas e transtorno para recarregamento e permitindo ainda mais economia aos usuários constantes. A comparação entre RJ x SP na questão dos transportes é essencial para mostrar a disparidade, incompetência e ineficiência dos gestores públicos do nosso estado.

Para mudar esse cenário, o governo deverá inverter a matriz do transporte de massa nas ruas, buscando priorizar investimentos no metrô, nos trens e no sistema VLT, além de organizar e ampliar o sistema de transporte complementar. É preciso criar alternativas para o transporte da grande população urbana do estado, buscar inverter aos poucos a matriz de transporte de massa na Região Metropolitana, otimizando-a com auxílio das universidades, que vem se debruçando crescentemente sobre o tema em seus estudos.

Ainda na área do transporte urbano, o próximo governo vai revitalizar o Bilhete Único, uma iniciativa que hoje não funciona adequadamente, os constantes engarrafamentos da região metropolitana praticamente inviabilizam seu uso para boa parte dos usuários. Existem suspeitas de superfaturamento no Bilhete Único, vez que o controle da tarifação é pelo próprio concessionário, logo é preciso aumentar a fiscalização e auditar os contratos.

Para além da questão da região metropolitana é preciso que o estado se atente a questão da malha rodoviária estadual, com 3.954 quilômetros, que está praticamente abandonada e demandando um programa intenso de recuperação e manutenção. No que diz respeito à malha ferroviária, por exemplo, foi desativada a Ferrovia Centro Atlântica no estado, dificultando ainda mais o transporte de cargas, que já registra uma grande carência de infraestrutura para o transporte da produção estadual de hortifrutigranjeiros. Tais questões impactam diretamente no desenvolvimento do estado e do interior, uma vez que as condições precárias tornam mais custoso o escoamento da produção dessas regiões, como também dificultam o acesso de outras regiões aos portos do Rio.

Para mudar a questão do transporte no Estado do Rio de Janeiro, o Governo Wilson Witzel propõe:

1 - Plena integração dos modais, sempre respeitando a liberdade de escolha, pelo usuário, do modal de sua preferência, e publicizando essa conexão através de aplicativos, sites e outros meios modernos de comunicação digital;

2 - Enfrentamento da máfia dos ônibus e combate ao alto preço da tarifa;

3 - investimento em modais ferroviários, incluindo o estudo de expansão da atual malha ferroviária e unificação do tipo de bitola do trilho utilizado, além de estudo de viabilidade de outras tecnologias, como o monotrilho; Contratos de 35 (trinta e cinco anos) com previsão de Arbitragem para solução de conflitos;

4 - Investimento em modais aquaviários, com especial foco no estudo da expansão das barcas para São Gonçalo, Magé e Barra , como meio de conexão entre os municípios banhados pela Baía de Guanabara;

5 - Paulatina legalização do transporte alternativo, com combate a qualquer tentativa de cartelização por milícias, reordenando-o e integrando-o ao sistema de transporte primário;

6 - Estímulo a formas alternativas de locomoção, como mototáxis e bicicletas;

7 - Reorganização do trânsito e estudo viário para otimização do sistema de transporte, inclusive através de obras de construção e/ou alargamento de pistas;

8 - Produzir estudo da viabilidade de substituição do uso do sistema BRT em vias intermunicipais por transporte sobre trilhos;

9 - Reforma própria e/ou concessão de terminais rodoviários intermunicipais, garantindo qualidade e conforto ao usuário;

10 - Estudo de viabilidade financeira e de funcionalidade da (a) Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro, (b) Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, (c) Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do RJ, e (d) Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro, para decisão técnica sobre a manutenção, concessão, privatização ou extinção dessas entidades;

11 – Revisão dos contratos de Concessão do Metro, Trem e Barcas;

12 – Revitalização do Bilhete Único com tarifa compatível ao serviço prestado, aumento do tempo e do número de modais (4 modais em 3 horas) e também a possibilidade de aquisição de um Bilhete Único Mensal com preço diferenciado;

13 – *Expansão do Metro tendo como norte o projeto original da Rio Trilho com a Linha 4 chegando até o Alvorada, a Linha 2 Estácio-Carioca-PraçaXV;*

14 – *Estudar a viabilidade da Expansão do Metro até o Aeroporto do Galeão, seja desde Terminal Alvorada, seja por integração com a Linha 2;*

15 - *Construção da Linha 3 do Metro ligando São Gonçalo-Niteroi, posteriormente expandir até o Comperj (Itaboraí), aproveitando os trilhos da malha ferroviária;*

16 - *Viabilização da expansão do metrô até a Gávea ligando com as estações Carioca, Urugai, São Conrado e Antero de Quental. Ela será o primeiro "hub" do metrô carioca, ou seja, a primeira estação interligada com várias outras ao mesmo tempo;*

17 - *Assumir o controle do Bilhete Único , dando mais transparência ao sistema de tarifação e destinando corretamente o recurso pelo serviços prestados pelas empresas;*

18 - *Auditoria sobre contratos e práticas do DETRAN e combate à indústria das multas, com revisão de limites de velocidade e transparência e informatização dos processos administrativos de recursos de multas;*

19 - *Fim da obrigatoriedade de vistoria anual veicular pelo DETRAN;*

20 - *Simplificação da regulamentação do setor de transportes viários com aumento da concorrência, extinção da AGETRANSP e regulação direta por órgão responsável;*

21 - *investimento em outras formas de locomoção que gerem bem-estar e reduzam o tempo do cidadão fluminense no trânsito especialmente mon trilhos suspensos com estudo de viabilidade de implantação de mais de 200km deste modal interligando as regiões serranas, região dos Lagos, costa verde, São Gonçalo, Itaboraí e região metropolitana.*

3.7.3. Minas e Energia

O Estado do Rio de Janeiro é um dos pólos de produção energética do Brasil, com grande variedade de insumos e fontes.

O Governo Wilson Witzel investirá nesse potencial energético:

1 - Apoio à expansão da atividade petroleira nos campos do Estado;

2 - Apoio à criação de outros pólos petroquímicos;

3 - Garantia de investimento em energia renovável, inclusive eólica e solar, com apoio a projetos de geração individual de energia;

4 - Desburocratização na exploração mineral e investimento de logística de escoamento;

5 - Incorporação da AGENERSA à Secretaria como órgão da administração direta;

3.7.4. Habitação

A questão habitacional no estado é outro símbolo da falta de planejamento e da omissão dos governos anteriores. A existência de programas federais de habitação criaram uma certo acomodamento das últimas gestões, não havendo uma política estadual de habitação clara e consistente. Diante disso, o aumento de moradias precárias voltou a crescer no estado. Somente no Rio e na região metropolitana cerca de 3 milhões de pessoas vivem em favelas, com acesso precário a saneamento, transporte, educação e saúde.

O Déficit Habitacional no estado é, em média, de **400 mil moradias**. Mais de 300 mil famílias gastam excessivamente com aluguel e podem a qualquer momento ser impelidas a viver em áreas inadequadas. O estado, ao invés de buscar soluções concretas se limitou a administrar os problemas.

A questão da habitação demanda ações em conjunto com outros setores e com as prefeituras, mas principalmente, é preciso repensar a ocupação territorial do estado. A concentração de empregos na capital, sobretudo na região central e zona sul, faz com que a região metropolitana seja, na prática, apenas “dormitório”. É preciso construir um equilíbrio na oferta de empregos e de funções urbanas nos municípios periféricos. O novo governo deve buscar e planejar a **expansão urbana em áreas como o entorno do Arco Metropolitano Rodoviário do Rio de Janeiro**. É fundamental que o planejamento estabeleça o uso misto dos segmentos habitação, comércio, serviços e indústrias (além das demais funções urbanas essenciais, como educação, saúde, segurança e transportes). Assim, será possível estabelecer uma ocupação racional e evitar a configuração de regiões-dormitório, ou de regiões cuja dinâmica exista apenas durante o dia devido à concentração de empregos e o baixo índice habitacional.

Em relação às favelas é preciso trabalhar junto com as prefeituras e captar recursos do Governo Federal, para realizarmos um programa de urbanização consistente dessas localidades. Urbanizar as favelas como política pública inter-setorial para a provisão de serviços urbanos e para melhoria das habitações, por meio de assistência técnica, jurídica e administrativa, com a participação dos moradores em todo o processo. Abandonar as políticas de remoção e deslocamento forçado de populações, substituindo-as pela regularização integral, afinada com o Estatuto da Cidade. **Será criado um programa de legalização fundiária desses imóveis**, de forma que possam ser oficialmente incorporados ao patrimônio dos seus donos, aumentando o capital dos cidadãos fluminenses. Vamos aprofundar a parceria com o Governo Federal para a construção de casas populares e valorização da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

3.7.5. Saneamento Básico

A situação do Saneamento Básico já se tornou algo “irresolúvel” no estado. Convivemos em pleno século XXI com um problema do século XIX. A falta de saneamento impacta diretamente na saúde dos trabalhadores que, por sua vez, impacta na economia com a perda de produtividade e dias de trabalho parados, em

razão de doenças ligadas à questão da água. Regiões inteiras ainda sofrem com a falta d'água e o tratamento de esgoto é algo ainda muito distante.

Regiões como Mauá, em Magé, e Campos Elíseos, em Duque de Caxias, sofrem com a falta d'água crônica. Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Nilópolis, Queimados e Seropédica são as cidades que não têm tratamento do esgoto coletado, são lançados diretamente, poluindo rios e a Baía de Guanabara. Duque de Caxias trata apenas 15% do esgoto; Nova Iguaçu 4%. Os números são vergonhosos, pois mostram a falta de planejamento ao longo dos últimos 30 anos. É preciso que saneamento básico seja de fato uma política de Estado, não de Governo, evitando, assim, interrupções e modificações conforme o governo eleito.

A privatização da CEDAE na forma como foi feita, sendo garantia de um empréstimo para pagamento de servidores públicos, demonstra o descontrole da gestão do Governo atual. A dilapidação do patrimônio público como forma de cobrir o rombo deixado pela corrupção é inaceitável. Será proposta eventual, a troca de garantia ao empréstimo concedido que maximize o interesse público e a melhoria da estrutura sanitária do Estado do Rio.

Nossa proposta para o saneamento envolve, ainda, grandes investimentos no setor a partir de parcerias público-privadas, com desburocratização do setor e abertura do mercado para competidores em áreas específicas e parceria com municípios para organização estadual da rede, ainda que a maior parte das competências para gestão do setor esteja em âmbito municipal.

1 - Concluir as obras de saneamento iniciadas pelo PSAM, principalmente o Sistema Alcântara em São Gonçalo, e colocar em plena carga as estações de tratamento de esgoto construídas, que estão operando muito abaixo de sua capacidade;

2 - A criação de um fundo para revitalizar a Baía da Guanabara – com, no mínimo, 3% dos recursos oriundos dos royalties do petróleo, além de outras fontes.

Esse recurso deverá ser usado em ações e projetos de saneamento básico na bacia hidrográfica;

3 – Efetivar a política de Saneamento Básico, como política de Estado e solucionar o acesso à água e rede de esgoto na Baixada Fluminense e nas comunidades carentes do estado.

3.8. MEIO AMBIENTE

A questão ambiental é primordial para a manutenção da qualidade de vida da população. Tanto nos espaços urbanos, quanto na área rural, o meio-ambiente encontra-se cada vez mais degradado, seja com poluição atmosférica, hídrica, do solo, visual, sonora, térmica, ou luminosa.

Por outro lado, a atividade econômica, que porventura gera naturalmente impacto ambiental, é essencial para a melhoria da qualidade de vida e da prosperidade social. Por isso, propaga-se tão comumente a ideia de atividade econômica sustentável, em que se priorizem atividades menos poluidoras e, mesmo as que inevitavelmente poluam, sejam administradas de forma a ter a poluição mitigada ou minimizada, enquanto investimentos são feitos para contrabalançar eventuais danos.

É indispensável encontrar um equilíbrio entre Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, de forma que tragédias como o vazamento de petróleo na Baía da Guanabara e o rompimento da barragem de Mariana/MG não se repitam. As licenças ambientais não podem funcionar como impeditivos do desenvolvimento do estado e também não devem ser vistas como mero entrave. Portanto, é preciso modernizar a emissão das licenças, bem como apoiar o desenvolvimento da economia sustentável e limpa.

O Governo Wilson Witzel vai mudar a gestão ambiental fluminense com juízo, através das seguintes medidas:

1 – Despoluição do rio Paraíba do Sul, maior bacia hidrográfica do estado e que atende cerca de 12 milhões de pessoas;

2 - Recuperar os Parques Estaduais existentes em nosso território, por meio de convênios específicos, a serem mantidos pelo Governo do Estado com União e Prefeituras, que melhorem o acesso dos visitantes e pesquisadores;

3 - Investimento em formas de exploração econômica dos recursos naturais que não agridam o meio-ambiente;

4 - Buscar meios de premiar economicamente a compensação ambiental praticada pelo setor privado e incentivar a substituição das tecnologias poluentes, através da abertura de crédito de fácil acesso;

5 - Ampliar as parcerias público-privadas e incentivar a prospecção de insumos escassos, como a água, bem como implementar um programa de redução do seu desperdício;

6 - Ter o processo analisado e as licenças ambientais emitidas em até 45 dias como meta ideal;

7 - Implantar, em parceria com os municípios, os sistemas para que algoritmos de tomada de decisão sejam usados a fim de dar celeridade ao processo de emissão de licenças ambientais;

8 - Reativar e atualizar os dados de Atividades Potencialmente Poluidoras, através do PROCON –ÁGUA do INEA e da SEA-RJ;

9 - Criação da taxa do poluidor-pagador no Estado do Rio, em que o agressor passa a se responsabilizar pela eliminação ou redução da poluição causada;

10 - Geração de consórcios entre municípios limítrofes para construção de aterros sanitários;

11 - Fim dos lixões clandestinos, com a implementação de um Polo para receber recicláveis, que atenda todos que manuseiam esses materiais como fonte de renda;

12 - Priorizar as soluções do tratamento dos resíduos sólidos para geração de energia, por meio de usinas específicas a serem construídas e geridas de maneira privada ou por PPPs;

13 - Investimento na utilização de “água de reuso” em diversos campos da atividade econômica que não envolva consumo humano;

14 - Flexibilização e facilitação da construção de propriedades marítimas sustentáveis;

15 - Buscar recursos para criação e implantação de um projeto real de despoluição da Baía de Guanabara;

16 - Conceder incentivos para atração de indústrias de equipamentos voltados para a geração e uso de energias renováveis;

3.9. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na gravíssima crise econômica em que o Estado do Rio de Janeiro vive, a simples redução de despesas públicas não é suficiente para equilibrar as contas do Governo. É essencial que o Estado do Rio de Janeiro volte a se desenvolver com rapidez, estabilidade e sustentabilidade.

Para que uma determinada localidade consiga se desenvolver, é necessária a conjugação de dois elementos essenciais: (i) um governo que gere confiança nos investidores, através de uma gestão austera e promoção de segurança jurídica, segurança policial e segurança institucional; e (ii) um ambiente de livre-mercado, no qual o empresariado tenha acesso a fatores de produção abundantes e de qualidade, tais como regularização de propriedade de maneira desburocratizada, insumos e produtos de fácil acesso, mão de obra qualificada e obtenção de crédito com juros competitivos.

O objetivo do próximo governo é tornar o ambiente de negócios do Estado do Rio de Janeiro atrativo, seguro e desburocratizado, para que os investimentos possam voltar a surgir de maneira diversificada e atendida com as

demandas da iniciativa privada e priorizando as empresas que realmente querem trabalhar em prol do estado.

Em especial, precisamos reduzir sensivelmente a dependência do Rio de Janeiro dos royalties do petróleo, que são recursos voláteis e cujo impacto está ligado a fatores externos ao Rio de Janeiro, tais como o câmbio e o preço internacional do produto.

Para que possamos promover o aumento da produtividade da economia fluminense, o Governo Wilson Witzel vai promover as seguintes medidas:

1 - Criar uma força-tarefa da desburocratização, para analisar toda a legislação fluminense em busca de leis inúteis, redundantes ou encarecedoras da atividade empresarial e propor, junto à ALERJ, a sua revogação;

2 - Promover seminários e cursos para capacitação dos cidadãos fluminenses ao empreendedorismo e geração de empregos, em parceria com a OAB e Conselhos de Contabilidade ampliando a atuação do SEBRAE;

3 - Simplificar e reduzir processos burocráticos junto ao Governo do Estado na hora de legalizar empresas, quando não for possível simplesmente eliminar a burocracia em questão, em especial no que tange à JUCERJA;

4 - Modernizar e automatizar todos os processos burocráticos internos e destinados ao público, com resolução online, sem necessidade presencial do usuário, na maior parte dos serviços prestados;

5 - Criar, em parceria com o Governo Federal e as prefeituras, pelo menos um “Centro do Empreendedorismo e Cidadania” em cada município do Estado, onde os empreendedores e cidadãos poderão requerer documentos e licenças para si próprio como pessoa física e para suas pessoas jurídicas com agilidade, funcionando 24 horas por dia;

6 - Facilitar a criação de zonas especiais empreendedoras, com desoneração tributária, em parceria com outros níveis da esfera governamental, através do papel preponderante da CODIN neste processo;

7 - Extinção de agências reguladoras, cessando o uso do Estado para a criação de monopólios e oligopólios, colocando as secretarias competentes ao serviço de políticas de qualidade e de defesa dos consumidores;

8 - Foco na ampliação do acesso ao crédito para micro e pequenos empresários, principalmente através da ação da AGERIO ou sistema financeiro.

3.10. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

3.10.1. AgeRio

A Agência de Fomento tem por objetivo representar um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, viabilizando projetos e investimentos capazes de tornar as empresas mais competitivas, com impacto direto na geração de novos postos de trabalho e na arrecadação de impostos. O raio de ação potencial da Agência de Fomento é de longo alcance para o fortalecimento da Unidade da Federação em que atua.

Para tanto, esse movimento, quando bem orquestrado e estrategicamente articulado com os principais atores locais, transforma-se em vias de resultados positivos para setores específicos e suas respectivas cadeias produtivas. Nesse sentido, é imprescindível atuar de forma independente no tocante às gestões e ingerências políticas, especialmente na formação de seus dirigentes e conselhos.

Para que a AgeRio seja um instrumento de impulsionamento do empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro, o Governo Wilson Witzel apresenta as seguintes propostas:

1 - Reduzir despesas, com revisão dos processos internos, redimensionando sua estrutura estratégica com fusão de diretorias, bem como extinguir superintendências e redução de gerências executivas;

2 - Implementação de um novo Planejamento Estratégico, mapeando os processos, fazendo análise SWOT, definindo as áreas de ação, redefinindo Missão e Valores e estabelecendo novos procedimentos que sejam capazes de dar maior celeridade às ações táticas e operacionais de maior abrangência, sem prejuízo da segurança e compliance;

3 - Revisar o modelo de Governança Corporativa e promover ajustes, se necessários;

4 - Abrir representações regionais, com estruturas enxutas e ágeis (01 Gerente e 02 funcionários), com baixo custo, preferencialmente em espaços cedidos pelas Instituições Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, dentre outras;

5 - Automatizar, através de investimento em TI, os processos e tramitações internas, com interligação nas sedes das representações regionais;

6 - Escolher sob critérios objetivamente técnicos e de competências os executivos e demais colaboradores;

7 - Dar autonomia administrativa e estabelecer princípios de Chinese Wall às ingerências políticas sob todos os aspectos;

8 - Criar novos produtos de crédito customizados, com funding próprio e de terceiros;

3.10.2. Trabalho

Entre 2014 e 2017, o número de desempregados no Rio saltou de 494 mil para 1,2 milhão, uma alta de 157%, especialmente devido à demissões na indústria e na construção civil. A situação é de calamidade, mas o atual governo permanece na inércia.

O Governo Wilson Witzel defende que o melhor programa social que existe é um emprego com valorização real dos salários. Por isso, o investimento na

geração e boa alocação de empregos se torna ação política fundamental na recuperação do Estado do Rio de Janeiro.

A recuperação da economia será um importante fator de geração de renda, entretanto, é preciso que o próximo governo atue dando as condições necessárias para uma recuperação consistente. É imprescindível corrigir as sérias deficiências estruturais do estado, retomar as obras paradas e estimular a contração na área da construção civil no início do governo. Com a retomada da atividade econômica estimulada pela retomada do investimento público, espera-se que a iniciativa privada aporte importantes recursos de investimentos, criando, assim, um cenário favorável de desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Por fim, destaca-se que o retorno da ordem e da estabilidade econômica certamente resultará na criação de milhares de postos de trabalho, a serem divulgados e preenchidos com ajuda do órgão público responsável.

3.10.3. Agropecuária, Pesca e Abastecimento

A agropecuária e a pesca no Estado do Rio de Janeiro sofrem com a omissão do governo e com a falta de infraestrutura, em especial para o escoamento e financiamento. Ainda assim, o agronegócio sobrevive, sendo responsável pela alimentação do povo, geração de emprego e renda, além de contribuir com o erário público através de tributos.

Cerca de 96% da população do Estado reside em áreas urbanas, sendo 76% na região metropolitana, caracterizando um elevado grau de urbanização, com forte concentração da distribuição populacional. Entretanto, a população rural do estado é comparável a do estado do Mato Grosso, o que indica que existem algumas potencialidades que podem ser aproveitadas.

Nesse contexto, a atividade agropecuária perdeu espaço e importância relativa, participando atualmente com cerca de 0,6% do PIB estadual, quando se leva em conta toda a cadeia do agronegócio a participação sobe para 3% (18 bilhões de reais). No Brasil, o agronegócio representa 23% do PIB. É recorrente que se diga que o

agronegócio fluminense possui baixa participação no PIB devido à força do setor petrolífero, industrial e de serviços. Entretanto, quando comparado com outros estados, fica evidente a ineficiência do setor no estado. Em São Paulo, o estado mais industrializado do país, o agronegócio responde por 15% do PIB estadual, cerca de 267 Bilhões de reais, atende também por 20% do PIB do agronegócio. No Espírito Santo, estado com dimensões territoriais parecidas e industrialização inferior, o agronegócio responde por 30%, cerca de 32 bilhões de reais, o dobro do produzido pelo Rio de Janeiro. É possível perceber que o agronegócio fluminense tem capacidade de chegar aos 100 bilhões em produção.

As políticas públicas aplicadas no estado, por muito tempo bastante equivocadas, especialmente nos três últimos governos, influenciaram negativamente o desempenho do setor. Isto gerou heterogeneidade das formas de produção, crescimento das desigualdades entre as regiões e enfraquecimento da participação da atividade na economia fluminense.

A distribuição fundiária no estado também influencia nos indicadores de produção. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o Estado conta com 44.145 estabelecimentos familiares, o que representa 75% do total. No entanto, dadas as características da distribuição da terra, esses estabelecimentos ocupam uma área de apenas 470.221 ha, uma média de 10ha por estabelecimento, correspondendo a cerca de 23% da área total de estabelecimentos no estado. Apesar disso, esses estabelecimentos respondem por cerca de 58% do valor da produção, com particular importância na produção de alimentos, e são responsáveis por 62% do total de pessoas ocupadas no setor.

Em relação ao crédito agrícola, o cenário estadual não difere dos demais fatores. A agricultura familiar do estado acessou a 113 milhões de reais no Pronaf na safra 2015/2016, que correspondem a cerca de 0,5% do valor total disponível no programa, que foi de quase 30 bilhões. Além do baixo volume contratado, é também baixo o número de estabelecimentos que acessaram ao programa, cerca de 5 mil, pouco mais de 11% dos estabelecimentos familiares no estado. Somente a agricultura familiar do estado do Espírito Santo acessou a mais de 500 milhões no PRONAF, cinco

vezes mais que o Estado do Rio de Janeiro, além de outros 600 milhões acessados pelo Plano Safra.

O baixo acesso ao crédito é influenciado pela pouca oferta de assistência técnica (ATER), seja ela por parte da EMATER ou por chamadas públicas do MDSA. A EMATER se encontra sucateada, sem mão de obra suficiente para atender as demandas do estado e sem valorização dos seus profissionais. A PESAGRO, empresa estadual de pesquisa agropecuária, também não apresenta cenário melhor que o da EMATER.

Em relação ao setor de pesca, o estado, que já ocupou o primeiro lugar na produção referente à pesca extrativa marinha brasileira, hoje se encontra em quarto lugar, atrás de Santa Catarina, Pará e Bahia (MPA, 2009). A desestruturação do setor é tanta que hoje o pescado sai do estado, vai para Santa Catarina para ser processado e volta ao Rio de Janeiro com alto valor agregado, quando não é exportado para outros estados e países. Cerca de 70% do peixe pescado no estado tem esse destino. O setor definha com a falta de um terminal pesqueiro de grande porte, com descarga e área de comércio e espaço para a instalação de indústrias pesqueiras. Além da falta de estrutura no interior que permita dinamizar a produção em todo o estado. Hoje a descarga acontece em diversos pontos, sem controle adequado, o que aumenta a despesa com transporte e gelo, reduz a qualidade do peixe e encarece o produto para o consumidor final.

A região metropolitana do Rio de Janeiro é a segunda maior do país, sendo o estado o terceiro mais populoso. Estes números expressam que existe um grande mercado consumidor, portanto, se a agricultura e a pesca não são capazes de atender as demandas domésticas, outros a fazem. O Estado é assim um grande importador de alimentos.

O desenvolvimento do Estado do Rio depende do fortalecimento do desenvolvimento do meio rural, da valorização da agricultura familiar e do fortalecimento da pesca. É preciso um novo olhar sobre o tema por parte do próximo governo, bem como uma mudança de paradigmas desde a produção, passando pela

pesquisa/extensão e finalizando na comercialização. Para tanto, essa mudança deve ter como ponto de partida os princípios da Agroecologia. Esse é o caminho que pode propiciar vida digna e renda ao homem, à mulher e à juventude do campo, além de permitir a população urbana acesso a alimentos saudáveis.

A agricultura e a pesca são setores onde o estado precisa realizar uma intervenção qualificada, capaz de estimular o seu desenvolvimento econômico, respeitando o meio ambiente e, ao mesmo tempo, garantindo a segurança alimentar da população do estado. É preciso uma completa reorganização da secretaria e dos órgãos vinculados a ela. É preciso estabelecer metas claras para melhorias dos indicadores de produção, produtividade, cobertura da extensão rural, acesso ao crédito, fomento à pesquisa e resolução de problemas fundiários. Para isso, o próximo governo, na figura do seu secretário de estado, deve assumir a responsabilidade de ser o articulador dessa mudança junto com os atores envolvidos (agricultores, pescadores, consumidores e municípios). Neste sentido, apresentamos as seguintes propostas:

1 - Reorganização da Secretaria da Agricultura e Pesca com revisão da estrutura e redistribuição do orçamento aos órgãos vinculados a ela;

2 - Construção de uma nova política agrícola a ser executada pela Secretaria de Agricultura, priorizando o desenvolvimento dos estabelecimentos familiares e tendo como base os princípios da Agroecologia;

3 - Assumir o reordenamento fundiário do Estado e atuar junto ao INCRA para a rápida resolução dos impasses envolvendo a criação de novos assentamentos, diminuindo a espera de anos que muitas famílias hoje precisam passar;

4 - Reestruturar a Extensão e a Pesquisa e estudar a possibilidade de unificação da EMATER e a PESAGRO em uma única empresa, com novo plano de carreira para os servidores e adequação do orçamento do novo órgão. Máxima prioridade de atuação no desenvolvimento da agricultura familiar do Estado;

5 - Criação de programas de Residência Agrária e Residência em Pesquisa, permitindo a contratação de 1 mil bolsistas, entre recém formados e pesquisadores, que irão reforçar e contribuir na reorganização da agricultura do estado;

6 - Aumento da cobertura da extensão rural viabilizando o acesso ao PRONAF por cerca de 15 mil estabelecimentos familiares, aumento o volume de recurso contratado para 500 milhões;

7 - Melhoria das estradas estaduais e cobrança junto ao governo federal e concessionárias, para a duplicação das estradas federais que liguem aos portos do estado;

8 - Incentivo à instalação de empresas do agronegócio no estado, permitindo o processamento de produtos primários e aproveitando a estrutura portuária do estado para sua exportação;

10 - Viabilizar a aquisição direta da produção da agricultura familiar, através do PNAE, PAA ou programa estadual, abastecendo escolas estaduais, presídios, hospitais, restaurantes populares e restaurantes universitários com alimentos saudáveis e locais;

11 - Reforço no orçamento da UENF, principalmente do Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, permitindo a abertura dos cursos de Eng. Florestal, Administração Rural e Eng de Pesca e Aquicultura, bem como a abertura de programas de Pós Graduação em Solos, Desenvolvimento Rural e Agroecologia e Pesca;

12 - Reestruturação e modernização dos 9 colégios agrícolas do estado, voltados ao ensino profissionalizante. Reorganização do modelo pedagógico das escolas, adequando aos princípios da Educação do Campo e permitindo a abertura de turmas em regime de alternância, mais adequadas ao calendário agrícola e aos filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais;

13 - Viabilizar a instalação de serviços de inspeção sanitária nos municípios do estado que ainda não dispõem, garantindo a correta padronização e inspeção dos produtos de todas as regiões;

14 - Reformar e modernizar a Ceasa no Rio de Janeiro, garantindo sua autossuficiência e permitindo o realocamento dos seus recursos para a pesquisa e extensão;

15 - Viabilização junto ao governo federal e iniciativa privada da construção da Cidade da Pesca em São Gonçalo;

16 - Instalação e reforma de terminais pesqueiros em Niterói, Angra dos Reis, Cabo Frio e Campos.

3.10.4. Indústria e Serviços

O processo de desindustrialização do Rio de Janeiro é alarmante. A fuga tem ocorrido principalmente em virtude da alta carga tributária, em especial o ICMS, que transformou o Rio de Janeiro em um dos lugares menos atrativos para essa atividade econômica. A violência, com ênfase no roubo de cargas, encareceu o custo do seguro e dos fretes. O setor de serviços sofre dos mesmos males.

O Setor industrial, que congrega 10,2% dos ocupados no estado, foi o ramo de atividades mais atingido pela desaceleração econômica, especialmente no interior fluminense: entre 2015 e 2016, o número de trabalhadores encolheu 14,5%.

Os setores de Serviços e Comércio que absorvem, respectivamente, 54,2% e 18,5% dos ocupados do Rio, também encolheram. O percentual de ocupados no Comércio reduziu em 3,9% na Periferia e 5% na Capital. Serviços teve variação negativa de 5% na Periferia.

Os números atuais não são animadores, mas o Rio de Janeiro tem potencial inegável para retomada da sua atividade industrial e de serviços. Todos os fatores de produção no nosso estado são abundantes e de qualidade, em comparação com outras localidades.

Essa recuperação será feita, no Governo Wilson Witzel, através das seguintes medidas:

1 - Incentivo à empresa familiar e ao pequeno e médio empresário, com facilitação ao acesso ao crédito;

2 - Combate ao roubo de cargas através de uma vigorosa política de segurança pública;

3 - Revisão da política tributária escorchantes atual;

4 - Investimento maciço na infraestrutura de escoamento de produção, principalmente através de obras e reformas, seja através do poder público, da iniciativa privada ou por PPPS, de meios de transporte, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias e hidrovias;

5 - Investimento, principalmente através da CODIN e da AgeRio, nas potencialidades industriais locais com maior vantagem comparativa, como o pólo têxtil na Região Serrana, o petroquímico no Norte-Fluminense, o metalúrgico no Sul Fluminense, e o de tecnologia nas cidades grandes e médias;

6 - Demais ações em defesa do pleno desenvolvimento da indústria e do comércio de bens e serviços no Estado do Rio de Janeiro.

3.10.5. Turismo

O turismo é a vocação natural do Rio de Janeiro e uma das atividades econômicas que mais geram emprego e renda.

As belezas naturais, históricas e culturais da Capital, o frio da Região Serrana, as praias da Região dos Lagos e da Costa Verde e o ecoturismo florestal em todo o Estado estão subdesenvolvidos e precisam de estrutura e investimento.

O Rio de Janeiro tem 89 cidades com vocação turística, distribuídas em 12 regiões. De acordo com o mapa do turismo, 45 municípios estão nas categorias

A, B e C, que são aqueles que concentram o fluxo de turistas domésticos e internacionais. Como exemplo, destinos como Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Paraty, Petrópolis e Rio de Janeiro.

Outros 46 municípios figuram nas categorias D e E. Esses destinos não possuem fluxo turístico nacional e internacional expressivo, no entanto, alguns possuem papel importante no fluxo turístico regional e precisam de apoio para a geração e formalização de empregos e estabelecimentos de hospedagem.

Outro problema grave que precisa ser resolvido é a segurança pública, que cada vez mais afasta o turismo no Estado.

Para que possamos resgatar o turismo fluminense, propomos as seguintes medidas:

1 - Investimento na reforma de parques, jardins, praias e demais belezas naturais e artificiais do Rio de Janeiro;

2 - Criação de um Centro de Defesa e Proteção ao Consumidor Turista, "ProconTur", funcionando dentro do ProconRio, mas com treinamento especializado dos atendentes para as demandas especiais dos turistas, todos com proficiência em mais de um idioma;

3 - Investimento em qualificação profissional no setor de serviços do Rio de Janeiro, em especial o ensino de línguas, em parceria público-privada com cursos de idiomas, preferencialmente online, e também em parceria com o sistema "S";

4 - Criação de um meio de atendimento ao turista no âmbito da ouvidoria do Estado, sempre nas opções de contato em inglês e espanhol, e fortalecimento das Delegacias do Turista;

5 - Implementação de Áreas Especiais de Interesse Turístico, com grande gama de informação virtual para melhor aproveitamento do passeio do turista;

6 - Criação de calendário permanente de turismo gastronômico, cultural e de negócios;

7 - Implantar ensino médio bilíngue, com horário integral, principalmente em municípios de grande potencial turístico;

8 - Maximizar as potencialidades turísticas de cada microrregião por meio de investimentos em parcerias público privadas, ou apenas privadas com apoio público;

9 - Concessão de áreas públicas para ecoturismo sustentável, nos termos da legislação ambiental vigente;

10 - Transformação da Turismo em uma empresa de fomento, captação de recursos, locação de espaços e difusão da cultura do nosso Estado, com investimento massivo na divulgação do estado no exterior;

11 - Outras ações que visem aumentar a incidência do turismo no Rio de Janeiro.

3.10.6. Cidades

O Governo Wilson Witzel terá uma subsecretaria especializada no desenvolvimento de projetos urbanísticos e de infraestrutura urbana, para trabalhar em cooperação com as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, melhorando o desempenho de suas procuradorias e gerenciamento financeiro, como oferta de georeferenciamento e ajuda na realização dos planos diretores.

3.11. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O Rio de Janeiro vive uma situação de calamidade na área de desenvolvimento social, onde o Estado investe uma pequena parte do seu orçamento. Situação que foi agravada pela grave crise econômica pela qual vive o país e que impactou especialmente a economia fluminense, deixando milhares de famílias em

situação de vulnerabilidade. No momento em que a população mais precisou de apoio, o Governo se mostrou despreparado e incompetente.

Desde o início da gestão atual, programas sociais importantes, geridos pelo Estado, foram abandonados ou negligenciados. Entretanto, o bom momento econômico vivido pelo Rio ajudou a reduzir os impactos causados por essa opção. Com a crise econômica, ao invés do governo priorizar a retomada dos investimentos na área social para reduzir os impactos da mesma, optou por mais cortes e quase inviabilização do que ainda restava de políticas públicas sociais.

O orçamento estadual da área sofreu sérios cortes, em alguns casos de até 70%, conforme noticiado pela imprensa. A ineficiência da atual gestão é tanta que fundiram de maneira equivocada as áreas de Ciência e Tecnologia com Desenvolvimento Social, dificultando ainda mais a gestão da crise social que se abateu no Estado.

O grave quadro de crise sistêmica tem deixado a população do Estado sem nenhuma perspectiva e tem impactado especialmente os mais jovens, os primeiros a sucumbir pela violência ou pela tentação do crime. As UPPs foram uma grande oportunidade perdida, pois o policiamento das comunidades não foi acompanhado de ações estruturantes (creche, escolas, saúde, esportes), ou então foram acompanhados de obras que não eram demandas prioritárias locais e hoje se encontram abandonadas, como é o caso do Teleférico do Alemão.

Para reverter esse quadro é preciso uma abordagem transversal e multidisciplinar, tendo atenção especial à questão do Desenvolvimento Social articulada com as demais áreas. Por esse motivo, o Governo do Wilson Witzel trabalhará em conjunto, dentro de uma mesma pasta, com as áreas de desenvolvimento social e direitos humanos, agregando as políticas assistenciais com trabalhos específicos com minorias carentes ou socialmente fragilizadas, além da pasta de esportes e lazer. É preciso retomar programas sociais que garantam algum tipo de auxílio à população impactada pela crise econômica, assim como também é preciso garantir assistência adequada à população em situação de rua. Em outra frente, garantir políticas que

permitem o avanço na proteção aos direitos das mulheres, a construção de oportunidades equitativas independentemente de cor, credo, sexo, raça ou condição social e que dialoguem com as demandas da juventude. Outro Rio de Janeiro é possível, mais humano e que não abandone a sua população.

Para atingir esse objetivo, o Governo Wilson Witzel propõe as seguintes medidas:

1 - Reativação da rede de proteção social, em especial os Restaurantes Populares;

2 - Fornecer apoio à criação de uma Rede de Sacolões Populares, fornecendo alimentos a um preço acessíveis e provenientes da agricultura familiar do Estado;

3 - Criação de um programa de assistência social nos moldes e complementar ao Bolsa-Família para famílias em situação de extrema pobreza, mas com porta de saída através de programas de capacitação para retorno ao mercado de trabalho, bem como vinculação à presença contínua de crianças e adolescentes nas escolas;

4 - Criação do Programa “Resgate da Cidadania” que fornecerá 100 mil bolsas de estudo aos jovens em situação de risco, atreladas à recuperação escolar do jovem e, principalmente, à sua formação profissionalizante a ser prestada pela própria rede de ensino;

5 - Criar um programa de assistência às vítimas da violência no Rio de Janeiro, em especial às vítimas de violência sexual e lesões corporais graves; bem como assistência psicológica aos familiares de vítimas de crimes violentos;

6 - Reforçar os programas de prevenção à violência contra a mulher e contra LGBTs, bem como garantir adequada assistência às vítimas; promovendo a adequação dos serviços de saúde às vítimas de violência;

7 - ampliar a rede de Delegacias da Mulher e treinar adequadamente as demais delegacias para o atendimento adequado e encaminhamento correto;

8 - Promover políticas de combate ao assédio moral e sexual nos espaços públicos e privados;

9 - Promover e apoiar as iniciativas de organizações da juventude, como o Movimento Escoteiro, facilitando o uso e acesso das estruturas físicas do Estado, em especial as Escolas, nos finais de semana, para que todas as iniciativas possam se desenvolver em espaço adequados e tenham local para acondicionar seu material;

10 - Promover ações de Esportes e Cultura voltadas à juventude aproveitando as estruturas da Copa e das Olimpíadas: Festival Estadual da Juventude, Olimpíadas da Juventude, entre outros;

11 - Reestruturar a rede de acolhimento de crianças em situação de rua no Rio de Janeiro e promover políticas voltadas a esse público em articulação com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Regional de Assistência Social (CRESS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

12 - Promover e fortalecer os Conselhos Tutelares, capacitando seus quadros e viabilizando um adequado suporte técnico e logístico para a atuação dos Conselheiros nas diversas regiões e municípios do Estado;

13 - Garantir a aplicação da Lei 10.639/03 incluindo no currículo oficial da rede pública de ensino a disciplina "História e Cultura AfroBrasileira";

14 - Garantir às religiões afro os mesmos benefícios tributários e jurídicos em geral concedidos às demais religiões, sem qualquer discriminação;

15 - Apoio às políticas de valorização de idosos, com expansão de programas de exercícios e "academias da terceira idade" em parques públicos, além de programas de prevenção a doenças;

16 - Especial atenção aos portadores de necessidades especiais, com políticas públicas de promoção à acessibilidade e emprego, além da concessão de apoio assistencial em casos de extrema gravidade, sem prejuízo do tratamento devido via SUS.

3.11.1. Esporte e Lazer

O Rio de Janeiro sempre teve vocação natural ao esporte, com espaços naturais e artificiais de prática desportiva e promoção de grandes clubes e desportistas. Infelizmente e por falta de competência das gestões municipal e estadual, a capital e o estado como um todo perderam a oportunidade de impulsionar e usar a Copa e a Olimpíada como motores do desenvolvimento esportivo do estado.

O Maracanã, grande símbolo esportivo mundial, foi usado como lavanderia da corrupção do atual governo e hoje todo o complexo esportivo do estádio está abandonado, ou subutilizado. O próprio estádio do Maracanã esteve por um período sendo mais usado para shows e não para grandes eventos esportivos. A concessão do Maracanã é outra fonte de problema, encarece o uso da estrutura pelos clubes que sua vez encarece o preço do ingresso, se o estado não solucionar esse problema, é possível que os clubes optem por construir suas próprias Arenas e o Maracanã se torne um grande elefante branco. O Estádio precisa voltar a ser acessível e rentável aos clubes e ao Estado, o complexo esportivo do entorno precisa ser revitalizado e, ao mesmo tempo, permitir o acesso de todos.

Para recuperar a vocação esportiva do estado propomos as seguintes políticas e esforços:

1 - Criação ou fortalecimento da parceria do Governo do Estado com federações desportivas e clubes, dentro da filosofia de que essas entidades são mais capacitadas e especializadas na promoção do desporto do que o Governo, ficando a Secretaria responsável pelo apoio logístico e facilitação ao uso de espaços e aparelhos públicos de prática desportiva, além de eventual aporte financeiro para bolsas e patrocínios para atletas e entidades, em especial no desporto olímpico e paraolímpico;

2 - Destinação dos aparelhos inativos das Olimpíadas para uso e destinação desportiva de federações e clubes, inclusive com apoio para reformas e projetos dos espaços, com possibilidade de concessão, de acordo com o interesse público;

3 - Busca pela criação e implantação do modelo americano de valorização desportiva nas escolas públicas, além de parcerias com clubes e federações para revelações de talentos e apoio a atividades desportivas de jogos interescolares;

4 - Revisão da estrutura de concessão do Maracanã, buscando a valorização do papel dos clubes no processo de administração dos aparelhos esportivos;

5 - Revitalização do complexo desportivo do Maracanã, bem como a reconstrução do Célio de Barros;

6 - Discussão pública sobre o uso e parcerias do Complexo Caio Martins, da Rocinha, do Sampaio e do Piscinão de São Gonçalo, criando formas de aumento do uso popular dessas áreas;

7 - Valorização dos aparelhos desportivos e lazer públicos do Estado, buscando, através de parcerias público-privadas, recondicionar e garantir qualidade e limpeza do espaço compartilhado ao público;

8 - Criação de uma complexo Esportivo-educacional, na região do Maracanã, em parceria com a UERJ, CEFET, Clubes e Empresas do ramo esportivo, permitindo a educação e formação de jovens com potencial esportivo;

9 - Outras medidas que visem valorizar a prática desportiva e qualifiquem o lazer do cidadão fluminense.

3.12. PGE, DPGE, CGE e MPERJ

A Procuradoria Geral do Estado terá total independência para atuar em suas funções. Será criado um programa de combate ao assédio político e moral aos procuradores estaduais, de forma que possam atuar sempre com o objetivo de defender o interesse público e não o interesse da administração vigente.

Ficará a cargo da PGE a criação e execução de um programa de aceleração de extinção das massas falidas estatais, tais como a BD/RIO, BERJ, CELF, METRÔ/RJ, FLUMITRENS, CTC, DIVERJ e SERVE.

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro terá seu papel valorizado com estrutura e autonomia para realização da sua importante função social de garantia da proteção dos direitos dos cidadãos fluminenses, que não podem arcar com os custos da advocacia privada.

Após a publicação da Lei n. 7989/2018, que criou a Controladoria Geral do Estado, o Rio de Janeiro ganhou um importante instrumento de controle, auditoria, ouvidoria, transparência e combate à corrupção. A CGE terá papel fundamental na execução de um programa anti-corrupção a ser implementado pelo Governo Wilson Witzel, e a CGE será estruturada para que não falte recursos na sua implementação e execução do trabalho. A destinação de recursos para a CGE é vista como investimento pelo Governo Wilson Witzel, de forma que o Estado deixe de perder os bilhões de reais em recursos através dos dutos de corrupção.

O Governo Wilson Witzel estudará a possibilidade da CGE ter sua chefia com mandato fixo, garantindo a independência frente ao Poder Executivo.

O MPERJ terá papel fundamental nas operações da “Lava-Jato do Estado do Rio de Janeiro”, sendo parceiro de primeiro momento do Governo Wilson Witzel no combate à corrupção e ao crime organizado.

4. CONCLUSÃO – O VOTO COM JUÍZO.

O Rio de Janeiro precisa de uma mudança de rumo, mas com base em uma liderança forte, austera e sem compromissos com agendas políticas estranhas à tradição e cultura da população fluminense.

O atual governo perdeu toda legitimidade e credibilidade, extremamente necessárias para tirar o estado do atoleiro, e principalmente para negociar os termos do acordo de Recuperação Fiscal. O péssimo e o ruim viraram o padrão, a população foi forçada a aceitar e se vê em um momento de desilusão, não há crença na política e nos políticos. Somente um governo renovado, que seja a representação real dos anseios da população e tenha a legitimidade das urnas pode mudar esse cenário e resgatar a dignidade e o sorriso do povo fluminense.

Por isso, a Coligação “Por um Rio mais Feliz” (PSC-PROS) apresenta a candidatura de Wilson Witzel com muita alegria e com a certeza de que está apresentando um projeto real de mudança, de forma a resgatarmos a ordem e a segurança nas ruas, em conjunto com uma educação voltada para a inserção do jovem em um mercado de trabalho pujante pelas políticas de liberdade econômica a serem implementadas e um sistema de saúde público que tenha preocupação primária com o bem-estar da população e a promoção da vida.

Convidamos todos os nossos concidadãos a construirmos juntos um Rio de Janeiro melhor... com juízo!

DIA 07 DE OUTUBRO, WILSON WITZEL PARA GOVERNADOR - PSC 20!